



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0618/15	DATA: 19/05/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h20min	TÉRMINO: 18h36min	PÁGINAS: 69

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Professor da Universidade Federal de São Carlos — UFSCar.
JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES - Presidente do Olodum.
FRANCINE MUYUMBA FURAHA- Presidente da União Pan-Africana da Juventude.

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos constantes da pauta.
Exposição do Sr. Valter Roberto Silvério e do Sr. João Jorge Santos Rodrigues.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Foi executada a música *Samba Rap*.
Há oradores não identificados em breve intervenção.
Houve exposição em inglês com tradução.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, Assembleia que tem água de coco é só na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É verdade. Nós não estamos com esse prestígio, não. A toda hora água de coco.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, quero só aproveitar a presença dos advogados públicos que estão aqui. São advogados da União que atuam em vários órgãos — Banco Central, Fazenda, Receita, a própria AGU. Eles estão numa batalha pela aprovação da PEC 443. Eu queria registrar a presença deles, gente muito séria e dedicada à qualificação no serviço da atividade do Estado brasileiro. Inclusive seria bom se a Fazenda fizesse contas, porque a atividade dos advogados públicos dá lucro. O tanto que eles conseguem produzir de resultados, apesar das dificuldades de trabalho, do pouco tempo disponível e da pouca infraestrutura, eles mereceriam uma atenção adequada por parte do Governo Federal.

Então, quero registrar aqui a presença deles, que estão em caravana já faz um tempo. E mais uma vez eles participam aqui. Sejam muito bem-vindos à Casa! Contem conosco. Vamos insistir com os Líderes, com o Presidente Eduardo Cunha, para que essa PEC possa de fato ir à pauta, e os que dizem que a apoiam possam manifestar objetivamente o seu apoio.

Um grande abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu já tinha simpatia, mas, com essa defesa do Deputado Orlando Silva, estou convencido cada vez mais de que nós temos que trabalhar para a votação da PEC.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu apoio plenamente pelo seguinte: na 443 também estão os delegados de polícia. É importante isso.



Precisamos valorizar a classe, principalmente a classe jurídica, que é tão perseguida neste nosso País. Por quê? A classe jurídica é que defende legalmente o nosso País e os nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, está vendo? Eu e o Delegado Edson Moreira chegamos a um ponto de entendimento. Que coisa boa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exas. têm mais convergências do que imaginam.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Eu e o Deputado Orlando, conversando com o Presidente da Casa e recebendo os advogados públicos do Estado da Bahia, representados pelas suas organizações, apresentamos um requerimento de urgência para que a PEC 443 pudesse tramitar com a celeridade desejada pelos advogados públicos.

Eu me somo a esse esforço de V.Exa., e nós estamos todos imbuídos no propósito de fazer tramitar com celeridade, a fim de que os advogados públicos possam, no mínimo, ter o princípio da simetria garantido como parte do reconhecimento das suas carreiras profissionais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bebeto.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Vamos aproveitar que já temos quórum e passarmos aos requerimentos.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos.

Para encaminhar o Requerimento nº 48, de 2015, da Sra. Benedita da Silva, peço ao Deputado que o subscreva.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Posso subscrever.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, o Deputado Jean Wyllys e o Deputado Delegado Edson Moreira pedem para subscrever o requerimento. Então, com a palavra o Deputado Jean Wyllys, e depois falará o Deputado Delegado Edson Moreira.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, acho que a ementa do requerimento é autoevidente. Eu peço que aprovemos o requerimento. Faz parte da etapa da nossa CPI. Ouvi diferentes entidades. A Deputada Benedita da Silva elenca algumas delas, e eu acho que devemos aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vai enriquecer ainda mais os aprofundamentos investigativos que esta Comissão está fazendo tão bem País afora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passemos à votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 48, de 2015, da Deputada Benedita da Silva, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys e pelo Deputado Delegado Edson Moreira.

Requerimento nº 49, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, que “*requer a realização de audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em Pernambuco*”.

O Deputado Delegado Edson Moreira pediu para defender o Requerimento nº 49, de 2015.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Perfeitamente, Sr. Presidente.

Em Pernambuco, Recife é uma cidade que tem um índice grande de violência contra os jovens e contra os negros. Já que nós passamos por Salvador, Maceió e outras capitais, é bom que passemos por lá também para fazer as nossas investigações e para enriquecer ainda mais, para que a Relatora Rosângela consiga, com mais subsídios, fazer o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em discussão. *(Pausa.)*

Como não há Deputados que queiram discutir, passamos à votação do Requerimento nº 49, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, subscrito pelo Deputado Delegado Edson Moreira.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 51, de 2015, do Sr. Evair de Melo.

O Deputado Dr. Jorge Silva pede a subscrição.

Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, também na mesma linha do Deputado Evair, do Espírito Santo, solicito que a gente aprove esse requerimento, para que possamos aumentar nossa linha investigativa e contribuir com o relatório final da Deputada Rosângela.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, podemos discutir esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - É só uma reflexão. Talvez até valesse a pena examinarmos, junto com o Deputado Evair aqui, porque rigorosamente a nossa Comissão tem um conjunto de audiências públicas e o tempo é até curto para que a gente possa ouvir todo mundo.

A incidência de projetos sociais ligados a esses eventos tem um impacto bem relativo. O impacto da eficácia como política pública é bem relativo. Não sei se vale uma audiência pública desta Comissão. Para uma CPI que tem esse foco, esse objetivo, eu tenho dúvida se vale a pena nós consumirmos energia da CPI. Mas, me permita, eu nem encaminharia contra. Eu apenas faço a ponderação para eventualmente nós voltarmos a falar, junto com o Deputado Evair, para que nós não façamos uma aprovação protocolar e façamos, por fazer, mais uma reunião, Deputado Dr. Jorge Silva. V.Exa. me compreende?

Portanto, eu proporia a retirada de pauta, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Deputado tem debatido a importância de fortalecer uma política preventiva de talentos na área de esportes. O Deputado tem defendido essa tese. Eu acho que a gente poderia aprovar, Deputado Orlando Silva, e depois, dentro do cronograma de trabalho, a gente veria se é possível fazer ou não a audiência.



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Para dialogar com o Presidente, seguindo então essa ótica, talvez pudéssemos, para ser mais eficaz, convidar esses representantes de grandes eventos e convidar o próprio Ministério do Esporte, para que pudesse falar. Já foi convidado, não é? Então, talvez devêssemos associar, fazer junto. Seguramente, as políticas públicas do esporte têm um impacto superefetivo para a atividade preventiva. Não tenho a menor dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, passemos à votação.

Em votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, levando em consideração as ponderações do Deputado Orlando Silva.

Passemos à votação do Requerimento nº 52, de 2015, da Sra. Erika Kokay.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay para encaminhar o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, apenas achamos que é muito importante que nós possamos chamar o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros para que possa contribuir com essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 52, de 2015, da Sra. Erika Kokay.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 71, de 2015, da Sra. Mariana Carvalho, que *“requer a realização de audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito em Porto Velho, Rondônia”*.

Passo a palavra ao Deputado Orlando Silva para encaminhar, na condição de Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu quero defender e assinar o requerimento, se preciso for, Sr. Presidente, propondo que esta Comissão possa estar em Porto Velho, uma cidade e uma região que tem tido impactos, inclusive



relevantes, dos investimentos de obras de infraestrutura, que tem produzido uma dinâmica social diferente e que produz, inclusive, como subproduto, conflitos.

É oportuna essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 71, de 2015, da Sra. Mariana Carvalho, subscrito pelo Deputado Orlando Silva.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Deputada, nossa Vice-Presidente, o seu requerimento foi aprovado.

Agora passaremos à audiência pública.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 27, de 2015, da Deputada Benedita da Silva, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys, e do Requerimento nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Jean Wyllys, subscrito pelo Deputado Paulão.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia. Informo também que durante a fala dos convidados não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa nossa Relatora, que já está aqui conosco, a Deputada Rosângela Gomes, que acabou de chegar da nossa audiência pública de Maceió, Alagoas.

Convido também o Prof. Valter Roberto Silvério, da Universidade Federal de São Carlos. *(Palmas.)* Convido para sentar-se à mesa o Sr. João Jorge Santos Rodrigues, Presidente do Olodum. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, antes do início dos trabalhos, eu queria deixar registrado que, com a sua autorização, nós preparávamos uma agenda desta CPI na cidade São Paulo, dialogamos inclusive com outros colegas Deputados do Estado. Quero requerer que, em vez de ser no próximo dia 25, que adiássemos essa data. Uma data possível é dia 22 de junho, em função de a Comissão Especial da Reforma Política ter pautado a votação do relatório final para o próximo dia 25. Eu e outros membros desta Comissão também participamos dessa outra Comissão. Creio que seria importante, por ser um tema



delicado e relevante, que tivéssemos a oportunidade de acompanhar essa votação do dia 25. Então, queria deixar registrado esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Devido à solicitação do Deputado Betinho Gomes e do Deputado Pastor Eurico, por causa das festas de comemoração de São João, nós vamos trocar a data para o dia 22, de junho de 2015, em São Paulo. Em Pernambuco, como está muito em cima, vamos articular outra data.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos para o Espírito Santo, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - No Espírito Santo, será no dia 1º de junho.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só vai ser meio dia. A gente podia adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O problema é que há sessão às 19 horas no dia 1º.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Aí a gente matava essa aí e no dia 1º a gente não iria. O que o senhor acha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu acho que está muito em cima para decidir. Vamos fazer pela parte da manhã no Espírito Santo e até à tarde, e chegamos aqui à noite.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É uma correria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É. Vamos lá.

Concedo a palavra ao Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, quero fazer uma breve lembrança, uma homenagem. Quero lembrar uma frase: *“Uma coisa que o homem branco jamais poderá dar ao homem preto é a autoestima.”* Malcom X, hoje, se fosse vivo, faria 90 anos. São muito importantes para esta Comissão os ensinamentos deste que foi um dos maiores defensores dos direitos dos negros nas décadas de 50 e 60. Que os ensinamentos dele presidam e conduzam os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.



Quero passar a palavra ao nosso primeiro orador, Prof. Valter Roberto Silvério, da Universidade Federal de São Carlos, que tem 15 minutos.

O SR. VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Boa tarde, Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Boa tarde a todos os outros Parlamentares e aos presentes.

Vou tentar aproveitar rapidamente os meus 15 minutos, porque preparei uma exposição muito grande. Quero ir direto ao ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos conceder 20 minutos para a exposição do nosso professor.

O SR. VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Eu preparei uma exposição em que me parece que são importantes algumas questões que vêm sendo discutidas no Brasil em relação à juventude.

Nós estamos participando de uma pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, já temos um relatório, nós estamos no segundo relatório. E uma das questões que me parece fundamental é a discussão em torno da filtragem racial na abordagem policial. Eu quero, na verdade, ampliar e dizer que a filtragem racial, no Brasil, opera em toda a política pública, especialmente na política pública de segurança, educação e saúde.

Uma das polêmicas que tem ocorrido em relação às reivindicações dos jovens negros é que os jovens negros, por iniciativa própria, a partir da experiência, denominam o processo pelo qual eles passam, em diferentes cidades do País, em diferentes Estados do País, de genocídio.

Então, na minha apresentação, eu fui procurar quando esse termo aparece de maneira mais objetiva na minha área de estudo, que é na sociologia. E eu me deparei com uma escrita de um prefácio de um livro feito pelo Prof. Florestan Fernandes em que, em 1978, ele já chamava a atenção para o fato de que havia três contribuições no livro. O livro é de Abdias do Nascimento, também bastante conhecido. Das três contribuições, o que nos interessa aqui é a ideia do uso sem restrições do conceito de genocídio.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: se o jovem negro fala em genocídio, é uma coisa. Florestan Fernandes, como o grande sociólogo brasileiro de todos os tempos, falando em genocídio, para nós, parece-me bastante importante. Ele vai



dizer o seguinte: trata-se de uma palavra terrível e chocante para a hipocrisia conservadora da sociedade brasileira. Contudo, pergunto a Fernandes: o que se fez e continua a se fazer com o negro e seus descendentes merece outro qualificativo?

(Segue-se exibição de imagens.)

O genocídio que ocorreu na sociedade brasileira, segundo Florestan Fernandes, tem a ver com a escravidão, no início do período colonial, e tem a ver, posteriormente, com a condenação que foi feita à população negra à periferia dos grandes centros urbanos, à periferia do País.

Então, qual é o sentido para além da dimensão física da eliminação efetiva do indivíduo?

Há um outro sentido de genocídio que me parece importante: o extermínio moral e cultural, que tem consequências econômicas.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para isto: genocídio não é só a eliminação física dos indivíduos, embora isso ocorra com frequência no Brasil. Ele se expande quando, por exemplo, a gente sabe que cultos afro-brasileiros são perseguidos e quando a gente sabe que reuniões musicais de jovens negros são perseguidas. Então, essa é uma maneira de você ir matando cultural e moralmente uma parcela significativa da população negra.

Há definições que eu vou pular. Mas há duas definições importantes sobre genocídio. Eu vou deixar essa apresentação aqui. Eu paro aqui.

Eu compartilho da visão muito pouco discutida de que a sociedade brasileira, na sua constituição, é uma sociedade racista. Esse fato não tem a ver com nenhum indivíduo particularmente.

Eu posso ficar em pé, Deputado? Para o professor, é um castigo ficar sentado. Para qualquer professor, ficar sentado é um castigo.

Eu compartilho, então, da visão de que toda a forma de desigualdade que nós temos, no Brasil, observada entre brancos e negros — e eu poderia acrescentar os indígenas e não brancos em geral —, no acesso a bens materiais e simbólicos, deve-se ao racismo, que constitui a sociedade brasileira.

Esse racismo é processual. É o processo histórico que leva à constituição da hierarquia entre os grupos. Não é nenhum indivíduo isoladamente. Embora, no Brasil, nós nos acostumamos a pensar que o porteiro que me impede de entrar no



prédio ou o porteiro que me impede de entrar no clube é racista, e aquele ato é um ato individual. Não é isso. Na verdade, o imaginário da sociedade brasileira é racializado, e, nesse sentido, em várias situações, inclusive de mercado de trabalho, inclusive nas instituições de ensino superior públicas, das quais eu faço parte, eu ouço comentários nos Conselhos, por exemplo, de que os jovens negros não têm o mesmo desempenho dos jovens brancos, e dos jovens indígenas, então! Pelo amor de Deus!

Ora o que está ocorrendo de muito interessante? Dez anos de política de ação afirmativa? Eu não ouvi mais ninguém falando sobre indicadores de desempenho. Parece-me que os indicadores de desempenho são os mesmos. Então, por que não se entrava antes? Nesse sentido é que eu acho que a gente tem que entender como essa sociedade foi racializada.

Há dois tipos de racismo. Um que nós discutimos como simbólico e outro como material. Ora, o simbólico é o racismo que opera via expressão aberta, latente, velada, do preconceito racial, considerando os negros inferiores aos brancos. Esse plano é devastador. Uma criança que entra na creche — é uma pesquisa que nós realizamos em São Carlos —, crianças de 2 ou 3 anos... As crianças brancas eram beijadas pelas professoras, as crianças negras não eram beijadas pelas professoras. Fabiana Oliveira é autora da dissertação de mestrado.

Esse tipo de percepção que a criança vai desenvolvendo desde muito cedo, no plano simbólico, é devastador para a autoestima, a autoconfiança e o autorrespeito. E isso permanece durante toda a formação no processo escolar.

Eu vou depois mostrar um dado muito rapidamente de como as crianças e os jovens negros tendem a abandonar a escola mais cedo.

No plano material, negros e indígenas não têm acesso aos mesmos recursos públicos orientados para as políticas públicas que os brancos. Isso se deve à história da colonização, à escravidão e às condições atuais de repartição dos bens públicos.

Em linhas muito gerais, o que dá para se perceber é que, mesmo na educação pública, quando eu observo as condições de centro e periferia, os equipamentos urbanos são diferentes. Quando eu observo o atendimento no posto de saúde na periferia, vejo que ele é diferente daquele da região central. Então, essas diferenças não são gratuitas, são diferenças constitutivas de uma coisa que



alguns autores chamam de política pública *colour blind*, ou seja, política pública cega à raça, à cor.

Há um estudo muito importante que mostra, por exemplo, que, na saúde, a política pública *colour blind*, a política pública cega, mata bebê negro que tem anemia falciforme. Então, se eu não faço o teste do pezinho, eu não detecto. Só que muita gente não sabe que doença étnica não atinge só os negros, atinge também algumas populações brancas. Então, talvez, o teste seja generalizado, universalizado.

O problema é que a gente faz uma separação. Quando se pensa o racismo, normalmente a gente fala do plano material, a gente não fala do plano simbólico. E o que é devastador é o plano simbólico, quando alguém me olha, e o olhar está dizendo para mim: “*Você não é igual a mim. Você é inferior a mim.*” Esse é o problema por que essas crianças e jovens passam o tempo todo.

Então, na verdade, nós tínhamos que pensar como o racismo opera do ponto de vista simbólico e do ponto de vista material, e quais são as consequências disso do ponto de vista da política pública.

É isso o que nós vamos chamar, do ponto de vista das políticas públicas, de má qualidade do serviço público. A má qualidade do serviço público não depende só de recursos materiais, depende de recursos humanos. Ou seja, um professor que desconhece a história sociocultural do Brasil e reproduz o tempo todo que o nosso problema é de classe e não um problema de raça está criando um grande problema para os alunos que ele está formando, porque ele está simplificando um processo que é muito mais complexo. Nesse sentido, consciente ou inconscientemente, esse professor, enquanto agente do Estado, enquanto agente público está reproduzindo uma ideologia que leva à morte, porque é uma ideologia racializada.

Então, o racismo institucional... Uma definição que eu gosto e uma definição feita pelo próprio Estado — isso é importante — é o fracasso das instituições e organizações em prover serviço profissional adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. É esse o ponto sobre o qual eu acho que é importante a gente refletir: como a política pública *colour blind*, cega, tem consequências na vida da população brasileira, especialmente a população negra?



Quando se pensa em desigualdades e quando se pensa na desigualdade, na chave raça/classe interseccionada, não um termo subsumindo outro, mas como isso se opera na sociedade brasileira, a população negra está submetida a três tipos de desvantagens. Há a desvantagem ocupacional, na qual os negros ocupam as posições de menor prestígio e de menor remuneração.

Eu não preciso reproduzir aqui o debate que tem ocorrido na sociedade brasileira a respeito das empregadas domésticas. Qualquer brasileiro deveria sentir vergonha de ter esse segmento sem os direitos plenos. (*Palmas.*) Isso é reproduzido internacionalmente num País que se diz democrático.

Então, eu queria deixar isso bem exemplificado, porque desvantagem ocupacional é exatamente isso, quando eu sei que 70% das empregadas domésticas são mulheres negras.

O segundo ponto é a desvantagem locacional. A população negra mora majoritariamente nas regiões com os piores equipamentos urbanos. O problema aqui não é o sujeito, não é onde ele mora. O problema são os equipamentos que lhes são oferecidos.

Eu queria chamar a atenção para uma discussão sobre vulnerabilidade. Atribui-se ao indivíduo a vulnerabilidade. O jovem é vulnerável, o fulano é vulnerável. Na verdade, não são os jovens nem o indivíduo que é vulnerável, são as condições objetivas legadas pela política que os levam à vulnerabilidade. Eles não são sujeitos da ação. O sujeito da ação é quem produz a política pública.

O terceiro ponto é a desvantagem educacional. A população negra frequenta as piores escolas e sai do sistema escolar mais cedo.

Esses três elementos é que compõem a desigualdade. Não adianta eu falar de desigualdade racial ou de desigualdade econômica se eu não souber como elas fundamentam o cotidiano da nossa experiência. Essas três desvantagens criam a desigualdade. E aí eu vou ver o efeito da classe e o efeito da raça interseccionada.

Eu vou passar isto, mais normativo, e, depois, eu posso até voltar no debate. Eu quero ir para os indicadores agora. Quais são as consequências dessas desvantagens? Qual a consequência de uma política pública racializada ou racista? Isso deve ser bastante conhecido do mapa da violência. Eu vou verificar que grande parte das vítimas de homicídio se encontra na faixa entre 15 e 29 anos. Isso é



extremamente importante. E no próximo gráfico eu vou mostrar os dados. Mas eu queria parar um pouquinho aqui para a gente observar como nessa faixa de 15 a 29 anos eu vou ter um dado, eu diria, horrível, espantoso. Quando a gente vai para o outro gráfico, eu posso qualificar isso.

Percebam: pretos e pardos é o traço verde; brancos e amarelos é o traço branco. A fonte é o DATASUS, do Ministério da Saúde, e os dados são de 2010. A gente vai ver que na faixa de 15 a 29 anos eu tenho exatamente o pico de jovens negros. Agora, vejam a diferença: para 7.437 jovens negros, que morreram em 2010, eu tenho 2.483 jovens brancos.

Eu, pessoalmente, sou daqueles que gostaria que não morresse nenhum jovem. Mas, infelizmente, eu tenho que trazer esse dado contrastivo, que mostra como a política pública brasileira é uma política racializada.

Só para vocês terem uma ideia do que significa isso, no ano de 2012 morreram nove jovens na França no contato com a polícia. Nove! Nós temos esse indicador. Agora, percebam uma coisa que eu acho importante — a importância da política pública. Quando eu vou olhar os jovens que morreram, eu consigo verificar como os anos de escolarização são importantes. De 4 a 7 anos é o período que os jovens não conseguem concluir a educação fundamental I e fundamental II. Eles saem da escola. A questão é: por que eles saem da escola? Percebam que de 8 a 11 anos vai diminuindo a morte e de 12 anos acima, diminui mais ainda. Ou seja, uma política racializada não opera só na segurança pública, opera na educação, na da saúde, em todas as políticas públicas. Então, eu gostaria de chamar a atenção para isso.

Do meu ponto de vista, isso ocorre, inclusive a saída dos jovens mais cedo da escola. Além de a escola ser ruim, eles saem mais cedo, porque não se veem representados no conteúdo que é ministrado. Por exemplo, eu tenho uma mudança da LDB desde 2003, eu tenho as diretrizes nacionais que alteraram a LDB e eu já ouvi gestor público dizer que não implementa porque ele acha que não é importante.

Então, a gente precisa discutir um pouco melhor essas questões, porque isso implica na não representação. As crianças negras e os jovens negros não se sentem representados no conteúdo que lhes são apresentados cotidianamente. Isso, por um lado. Por outro lado, os professores que reproduzem essa ideologia parece-me que



precisam passar também por processos de formação, para entenderem melhor como se formou a sociedade brasileira.

A formação social brasileira é bastante complexa, não é simples, mas é possível a gente fazer bons cursos de formação que mudem inclusive a visão desse profissional.

Bom, aqui eu trago alguns dados interessantes:

Fora da escola - Perfil

- 51,7% são homens, entre as crianças fora da escola com idades entre 4 e 5 anos;

- 50,7% são homens, entre os jovens fora da escola com idades entre 15 e 17 anos;

- 55,4% são negros, entre as crianças fora da escola com idades entre 4 e 5 anos;

- 61,2% são negros, entre os jovens fora da escola com idades entre 15 e 17 anos;

- 65,5% têm renda *per capita* domiciliar inferior a um salário mínimo entre as crianças fora da escola com idade entre 4 e 5 anos.

Se pegamos esses dados e batemos com os dados de renda da população negra, nós vamos observar que eles são praticamente correspondentes. Ou seja, a pergunta é: o problema é pobreza ou o problema é negritude? Faz sentido essa pergunta? Sociologicamente, parece-me que ela é importante, mas, se faz sentido, eu gostaria de discutir um pouco.

Eu gostaria de passar até o final. Acho que tenho mais 5 minutos.

Então, eu queria voltar, por favor, para dizer o seguinte: a gente tem que reconhecer que, nos últimos 12 anos, há mudanças importantes do ponto de vista dos marcos legais e marcos normativos na política brasileira. Entretanto, há muita coisa que está aprovada e que não está em operação plena. Isso é extremamente prejudicial à sociedade.

Vejam, por exemplo, que nós temos a lei que obriga o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica e também prevê a Educação das Relações Étnico-Raciais; nós temos as diretrizes, que já completaram 10 anos; nós temos a CADARA — Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos



Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, no Ministério da Educação; nós temos programas do Governo brasileiro, como o PROUNI, que colocam a intersecção entre raça, etnia e renda para o acesso; nós temos um plano nacional, que orienta, inclusive diz quais são as funções, por exemplo, do Ministério Público na fiscalização da implementação.

Na minha região, em São Carlos, o Ministério Público de fato atuou. Nós estamos formando 3 mil professores com cursos de aperfeiçoamento na lei. A universidade faz isso, tem obrigação de fazer gratuitamente a formação. Nós temos o Estatuto da Igualdade Racial e temos algo de que eu gosto bastante, porque estive bastante envolvido com ela: a lei que institui cotas sociais e raciais na educação superior brasileira.

Essa lei, para mim, é algo muito caro, porque eu tenho 23 anos de Universidade Federal de São Carlos e eu achei, durante 15 anos da minha vida, que eu dava aula na Suécia, porque existiam dois professores negros e, em alguns cursos, não havia alunos negros, porque o corte era muito violento. O ENEM, felizmente, resolveu isso. Mas o que resolveu de fato foram as cotas.

E aí eu ouvia coisas do tipo *“Ah, mas vai cair o nível, vai diminuir a produção”*. Bom, o que eu tenho a dizer aos senhores é que não caiu o nível coisa nenhuma, diversificou-se o tipo de pesquisa, qualitativamente, e, em alguns cursos, como a Medicina, os alunos que entram pelas cotas têm indicadores melhores do que os alunos que entram pelo processo tradicional. E, para a nossa alegria, nós já conseguimos formar dois estudantes indígenas no curso de Medicina, que conseguem ensinar algumas coisas para os nossos professores. *(Palmas.)*

E, por último, eu queria chamar a atenção para o fato de que existe uma portaria normativa no Ministério da Educação que obriga as universidades a colocarem, nos cursos de formação de professores, a Educação para as Relações Étnico-Raciais o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Isso não vem sendo implementado. E isso é uma perda para a sociedade.

Quero dizer também que eu acredito que a educação seja uma saída, porque através dela nós poderemos preparar novas gerações com uma mentalidade não racializada. Isso me parece que é fundamental para a gente pensar em ações em dois momentos. Há uma ação pragmática, que é a preservação da vida dos jovens



negros. Nós estamos perdendo talentos impressionantes do ponto de vista científico. É isso que nós estamos fazendo. Esse é um ponto fundamental. Então, precisa de correção imediata. A médio e longo prazos, nós precisamos atuar na política pública, colorindo essa política pública. Nós não podemos continuar cegos à cor na política pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra para o nosso próximo orador, agradecendo ao professor por sua intervenção e contribuição.

Passo a palavra ao Sr. João Jorge Rodrigues, Presidente do Olodum, por 20 minutos.

O SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES - Boa tarde a todos e a todas, ao Presidente desta sessão. É um prazer estar aqui, é uma honra muito grande falar para todos que estamos aqui; e falar também para os brasileiros e as brasileiras sobre uma situação *sui generis*: o Brasil, um país que foi invadido em 1500, a partir das terras da Bahia, pelo mar, produziu uma das sociedades mais desenvolvidas que o planeta tem hoje. E, contraditoriamente, tem produzido uma escalada de violência sem precedentes na história da humanidade. Primeiro, contra a população indígena. Logo a seguir, contra a população transportada da África para cá. E, no contexto da nossa história, basicamente nos demos ao luxo de perseguir, julgar e matar os diferentes.

Essa tem sido a história do tema desta Comissão de hoje. As causas, as razões da violência contra a população negra, contra a população jovem, contra as mulheres, contra os homossexuais, contra as pessoas de orientação sexual diferenciada, contra os diferentes é a razão de ser do Brasil moderno. Isso gerou um capital. Esse capital está acumulado e a serviço de poucos brasileiros neste País. E toda vez que qualquer um de nós invoca a necessidade de mudar esse jogo, de alterar essa regra, a vítima é acusada de ódio, de selvageria e de brutalidade.

Então, hoje vim para dizer aqui a todos nós o quanto é duro, o quanto é difícil ser brasileiro, ser brasileira, negro ou negra, ou ser diferente neste País. Falo com muita emoção, porque me passa aqui o filme da Bahia, da pobreza da Bahia, da pobreza do Nordeste brasileiro, da pobreza em todos os 27 Estados, nas 27 capitais,



as chuvas que caem em Salvador há 17 dias, os 21 mortos por falta de contenção. E os recursos foram destinados desde 2007 — 164 milhões de reais! Nos últimos 60 anos, nenhuma autoridade neste País conseguiu fazer com que aquele mesmo lugar deixasse de cair — há 20 anos — com as chuvas de Salvador. E para essas pessoas peço um minuto de silêncio neste momento. *(Pausa.)*

Esta é uma sessão que terá muito esse simbolismo da vida e da morte.

Vim aqui hoje para falar da vida, para invocar a vida e o respeito a milhões de brasileiros que lutam por um País justo e igual. Quero, evidentemente, começar homenageando uma das pessoas que tem influenciado a minha trajetória como militante político. Sou Presidente do Olodum, sou advogado, sou mestre em Direito Público pela UnB, sou um militante da cultura, da arte e da democracia. Quero saudar Malcolm X *(palmas)*, que, ao mesmo tempo em que pregou o nacionalismo negro americano, no final da vida, foi capaz de se arrepender de ter dito a uma jovem mulher branca que ela não poderia fazer nada por ele nem pelos negros americanos. Eu acho que todos nós podemos fazer algumas coisas. Então, vamos lá.

O Brasil sempre tratou crianças, adolescentes e descendentes de africanos perversamente: mandava matar, estuprar, usar sexualmente. E as principais selvagerias na senzala e na fazenda eram feitas contra a nossa população e a nossa gente.

Em vários lugares do mundo houve escravidão: nas Américas, na Europa, na África, na Ásia, mas em nenhum lugar do mundo a escravidão gerou um negócio tão importante como o tráfico, como aconteceu no Brasil — na Bahia, no Rio de Janeiro e no Maranhão —, porque a selvageria contra os africanos matava essa população logo cedo. Imediatamente, tinha que se buscar mais mão de obra. Em três lugares deste País, esse tráfico e essa violência geraram essas consequências de hoje. E é tão visível que é impossível você ir ao Rio de Janeiro, a Salvador e a São Luís sem ver as marcas dessa tragédia. Está no subdesenvolvimento do Rio de Janeiro, nas favelas cariocas; está no subdesenvolvimento da cidade de Salvador, a terceira metrópole deste País, mas que levou 12 anos para ter 6 quilômetros de metrô; está no subdesenvolvimento do Estado do Maranhão e na sua Capital, São Luís.



Isso foi edificado pelo Direito. O Direito foi a regra que foi escrevendo como tratar o outro de forma desigual e qual a punição pública, brutal, que se deveria dar a quem investisse em ser diferente. E assim se fez com a mulher que investisse em ser diferente; com o índio ou o caboclo que fosse diferente; com Zumbi dos Palmares, por ser diferente; na Revolta dos Búzios, de 1798, na Bahia; na Santa Inquisição no Brasil contra as mulheres de candomblé, homossexuais, bruxas e bruxos. Ou seja, temos um largo histórico de perversidade e crueldade, em 515 anos de Brasil.

Como isso começou? As leis que vieram para o Brasil eram perversas, eram de um mundo medieval português. As Ordenações do Reino, as Ordenações Manuelinas e Filipinas, davam ao poder local a condição de fazer tudo.

Quando o Brasil passou a ter Capitânicas Hereditárias — e eram 15, 3 delas na Bahia —, era a mesma coisa: o donatário podia matar, chutar, deportar, fazer o que quisesse. Ele possuía as pessoas. Nesse caso, as mulheres e os escravos eram apenas objetos, eram coisas. No Direito Romano, réus não podiam depender de nada, não tinham direito a nada.

E nós vimos avançando. Só tivemos dois momentos, neste País, em que a maioria penal mudou, mas de acordo com os interesses de quem estava fazendo a legislação. No geral, crianças poderiam ser mortas, usadas, vendidas e tudo. Mas, com o Imperador Dom Pedro II, o Brasil, já Império, já um país independente, fez uma lei para que a maioria fosse a partir dos 14 anos. Por que isso? Porque ela tinha dois objetivos: primeiro, dar à autoridade imperial o direito de governar o País sem regente e, segundo, já a partir dali perseguir e imputar o crime aos menores de 14 anos.

Fizemos a República e, em 1890, a República fez pior ainda. Instituiu a maioria penal aos 9 anos. Veja, no Império, a maioria passou a ser aos 14 anos, para beneficiar o poder e para atingir os pobres. Então, o Imperador pôde ser governante aos 14 anos. Em 1890, a República estabeleceu que a imputabilidade penal seria a partir de 9 anos. Aí, em 1932, a imputabilidade passa a ser aos 14 anos. E, recentemente, ela passou a se dar aos 18 anos.

Hoje — e eu vejo aqui muitos Parlamentares participantes ativos da luta pelos Direitos Humanos — há uma tragédia brasileira para se reverter essa maioria



penal para a pré-história da humanidade. Desculpem-me, mas é a pré-história da humanidade. Por que isso? Porque o Brasil dá sempre respostas fugitivas. Foi o Brasil quem criou a expressão “lei para inglês ver”. Vamos pensar. Vamos ver. A primeira delas foi a Lei de Terras, de 1850. Escravos africanos não poderiam ter direito à terra. Todas as terras de Santa Catarina e do Paraná eram destinadas às colônias de Hamburgo e Joinville, da Alemanha. Não podia ter bebida alcoólica naquela região. Está lá na Lei de Terras. E, a partir dali, a sesmarias perdiam o poder.

Então, negros que estavam em vários lugares do Brasil com terras precisavam levar um documento para o cartório para dizer que era posse. Como? Africanos tinham terra? Tinham documento de posse? Aí surgiu aquele documento de café. Você borrava e dizia: *“Não, eu estou aqui desde 1600”*. Mas aquelas leis eram “para inglês ver”.

A proibição do tráfico de escravos foi a mesma coisa. Continuaram chegando negros africanos na Praia da Pituba, hoje um bairro importante de Salvador, praia do Chega Nego.

Outro exemplo é a Lei do Ventre Livre. Que lei formidável, que instrumento jurídico perfeito! *“Olha, estão livres, a partir de agora, todos os filhos de escravos africanos no Brasil”* — vírgula—, *“contanto que trabalhem até 18 anos sob a tutela do senhor de escravos”* — vírgula —, *“contanto que os mesmos consigam o dinheiro para o fundo de emancipação de escravos”*.

Este é o país que se predestinou a fazer cinco leis antes de abolir a escravidão, todas perversas contra as mulheres negras, as mães e as pessoas de idade, os sexagenários — a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário —, no intuito de chegar aos anos 2000 com escravidão ainda. Como não foi possível, fez-se uma lei de abolição com dois artigos, causa dessa mortandade agora: *“Está extinta a servidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário”*.

Poucas leis no Brasil têm apenas dois artigos. Essa é uma delas e que, durante muito tempo, coroou a pessoa que fez, como se fosse uma redentora, uma salvadora. Mas os artigos seguintes, que foram encontrados recentemente, falavam de escola, de moradia, de uma série de condições para a devida indenização e reparação necessária pelos 330 anos de trabalho escravo de crianças, mulheres,



adolescentes, construindo a Nação. Este País não é nada sem nós! Este País nos deve a civilização que tem! (*Palmas.*)

E poderia até ser mais calmo, mais duro, mas me passou também e tem passado agora: como é que hoje se sabe que nós temos quase 525 mil mortos, de 2002 para cá — negros, pardos, pobres —, 5 vezes mais do que muitas guerras que há no mundo? Em vários lugares deste País, dizem assim: “*Vocês têm que ter calma! Vocês estão raivosos! Vocês estão fora do tom! Vocês estão praticando racismo às avessas!*” Quando, se demos a este País o candomblé; se demos a este País a capoeira; se demos a este País a arte, a cultura, o futebol e os esportes que ele tem? E demos o nosso sangue. As nossas senhoras deram o leite e criaram os senhores deste País. E, ao mesmo tempo, nós podemos morrer como se estivéssemos numa guerra?

Mas celebramos, recentemente, a diminuição das mortes em alguns lugares. Só que essa diminuição é referente à juventude branca, aos homens brancos. E o aumento brutal da morte da população negra passa despercebido.

Em Salvador, em fevereiro, houve um assassinato de 12 pessoas, na Vila Moisés, no Bairro do Cabula. Imediatamente, um grupo da sociedade disse: “*É isso mesmo que tem que fazer. Tem que matar*”. E houve mais 17 mortes agora.

Então, o Estado brasileiro opera da seguinte forma: ele manda os seus agentes matarem, o que é histórico na polícia brasileira. É histórico nos membros da polícia brasileira e das Forças Armadas, por um lado, a ação positiva de fazer, de exterminar, de eliminar, de segregar; por outro, a falta de ação: não se constroem encostas, não se constroem meios de transporte, não se constroem escolas, não se constroem parques, não se constroem vias de estudo, não se constrói nada. E se acusa a vítima no serviço público brasileiro de ser o responsável pelo barulho no *funk* em São Paulo, ou no *funk* no Rio de Janeiro, ou nos ensaios de blocos afro, ou na periferia de Salvador.

O que exatamente os brasileiros querem e quanto nós perdemos economicamente, quando colocamos toda a energia deste País para fabricar criminosos de alto nível na corrupção estatal brasileira, na corrupção do Estado brasileiro? Onde estão os negros ali? Não há negro nenhum ali. E não é porque a população negra seja imune a isso não; é porque o Estado brasileiro é um Estado



patrimonialista, é um Estado de um grupo pequeno de pessoas. E, ao dizer isso, nós estamos dizendo que a causa econômica maior não é o fato, Prof. Valter, de não termos nas universidades gente diferenciada, mas o fato de que os melhores quadros do Brasil não têm condição de fazer o Brasil se desenvolver. Eles não estão no topo das indústrias brasileiras importantes, das atividades de comércio, na representação diplomática, no poder político do Brasil. Basta ver a composição do atual Ministério da Presidente Dilma, em que há apenas uma mulher negra, entre 39 Ministros. Qualquer militante negro, em qualquer lugar do mundo, sabe o que isso significa.

O professor se queixou de as universidades só terem alunos brancos e professores brancos. O Governo brasileiro atual é um governo europeu, escandinavo. Acabou de mandar uma representação diplomática à África, e meus amigos da Nigéria, da Costa do Marfim e de vários países disseram: *“João Jorge, acabou de passar por aqui uma delegação de Estocolmo”*. Eu disse: *“Como uma delegação de Estocolmo?”* *“Toda a diplomacia brasileira era composta de gaúchos e de tipos diferentes. Não havia um único negro”*.

Nós, se recebermos aqui o Presidente Barack Obama, fatalmente passaremos vergonha em várias cidades. Ele será recebido por delegações de brancos, brancos e brancos. Não importa que sejam 105 milhões de afro-brasileiros; não importa que no Estado da Bahia haja 11 milhões de afro-brasileiros; não importa que na cidade de Salvador sejam 2 milhões e 300 mil afro-brasileiros. Isso tudo, na produção comercial, nas capas de revistas, na mídia brasileira, é sinônimo de invisibilidade. Então, quando nós estamos falando de causas de morte de jovens negros, nós estamos falando das consequências de uma desastrosa política civilizatória, de uma desastrosa política de exclusão, de uma desastrosa política de violência, de um culto e de uma cultura de violência.

Ora, você não precisa manter ninguém nesta sala amarrado, mas isso é feito simbolicamente: *“Ninguém pode sair daqui, enquanto a autoridade pedagógica”* — segundo Foucault ou Bourdieu — *“não disser para sair”*. Então, o Brasil de hoje repete a todo momento o péssimo exemplo para os jovens negros, para os jovens brancos, para a sociedade. Manda matar mesmo. *“Mate um jovem negro que não haverá nenhuma consequência. Pode atirar. Pode tirar a vida de Amarildo. Pode*



arrastar Cláudia no camburão”. Pode-se matar em qualquer lugar deste País que, ainda assim, uma autoridade da segurança irá lá defender que aquilo não foi bem aquilo. E irá acossar, amordaçar as testemunhas.

Nós precisamos que o Brasil seja democrático, e não se vai fazer democracia com a Constituição de 1988. Ela foi um avanço importante. Lutamos bravamente por ela. Vejo aqui a Deputada e nossa conselheira Benedita da Silva e lembro do quanto suamos, do quanto lutamos para incluir na Carta Magna avanços que reparassem esses dados que eu citei aqui.

Então, eu quero dizer aos senhores e às senhoras que as mortes de que nós estamos ouvindo falar é só o prenúncio de um País desequilibrado, psicologicamente doente, profundamente contaminado pela ideia de que bala, fundamentalismo religioso e preconceito substantivo de todos os tipos podem ajudar a resolver os problemas desta Nação.

E nos parece, pela história que demos a este País, com os quilombos, com a resistência da mulher negra, com a histórica Revolta dos Búzios, de 1798, com os quatro jovens negros da Bahia que foram mortos lutando por igualdade e com as recentes manifestações por democracia em todo este País, que nós temos remédios para isso, temos formas de mudar isso pela cultura, pelas artes, pela possibilidade... Essa nossa luta por cotas, para permitir que mais de 105 universidades no Brasil tenham cotas para negros, pardos, população indígena e pobres — a primeira vez que se falou em branco pobre no Brasil foi de 2002 para cá — é fantástica, porque ela vai permitir que nas salas de aula a menina de um bairro nobre beije a boca de um cara lá do Lobato. Mais do que isso, que atravesse as pontes invisíveis. Mais do que isso, que Fernandinho Beira-Mar e Neymar possam produzir uma política industrial nas áreas de Física e de Química que nos leve a ganhar um Prêmio Nobel, porque títulos no esporte nós temos demais; títulos na música nós temos demais. Mas com uma universidade pobre, decadente, afastada da sociedade, unilateral, nós não produziremos nenhuma mentalidade para ganhar um Prêmio Nobel sequer.

Nós temos cinco títulos mundiais de futebol, mas não temos um Prêmio Nobel, porque as universidades estiveram travadas para um grupo humano incapaz de entender o sentido da palavra universidade.



Ora, eu não quero falar aqui de quem morreu, de quem está morrendo. Não vou estimular nenhum ódio aqui. Não vou de forma alguma pedir que a gente se levante e saia quebrando tudo. Eu só acho que a gente tem que inverter este País. Ele está de cabeça para baixo. E somente homossexuais, mulheres, população indígena, os compromissados com a democracia é que podem colocar esse trem no lugar. Ele está fora do trilho; aliás, mais do que fora do trilho.

Há uma ideia nesta Casa, e por isso eu vim hoje aqui, que tenta mostrar que o Brasil precisa voltar para 1850, para as Ordenações Filipinas e Manuelinas, tenta voltar para o Direito Romano, como se a expiação pública não fosse suficiente.

Eu quero terminar e vou pedir, daqui a pouco, para colocar uma música feita há 20 anos pelo Olodum e que é simbolismo disso. Chama-se *Samba Rap*. Eu falei há poucos dias na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em São Francisco do Conde, com a ex-Ministra Matilde Ribeiro, uma frase: *“Existiram vários Pelourinhos no mundo inteiro. O da Bahia é o mais famoso em todo o mundo. Não é estranho isso?”* O Pelourinho é um instrumento de tortura pública medieval, para castigar e açoitar. Há também em Angola. Por que o da Bahia é o mais famoso de todo o mundo? Porque foi na Bahia onde mais se castigou gente publicamente por rebelião, por não se conformar, por criar estruturas como candomblé, afoxé, Sociedade Protetora dos Desvalidos. Todos iam para o Pelourinho, para se bater lá. E, lá, ainda assim, surgiu o Olodum, surgiu o Filhos de Gandhi, surgiu a capoeira, surgiu o bloco Vai Levando, surgiram personalidades que se têm mostrado fortes para lutar contra o racismo, mesmo a polícia atirando na nossa gente.

O Olodum perdeu gente com a polícia matando, como Joselito Alves Barbosa. Houve gente com braços quebrados. Houve um diretor baleado, quando ia para a Inglaterra, em 14 de julho de 1990. E nós não desistimos. Ali nasceu o Brasil, e ali tem que nascer um novo País. E, para fazer isso, o nome Pelourinho não pode ser só um sinônimo de tragédia. Para nós do Olodum é nome de um lugar de alegria, de liberdade.

Por ali passaram os nossos antepassados. O Brasil tem cinco heróis negros: Zumbi, João de Deus, Lucas Dantas, Manoel Faustino e Luís das Virgens. Eles são pouco conhecidos no Brasil. Aliás, há seis agora.



Ora, o Brasil sempre tem monumentos e praças com nomes de ditadores, de gente perversa, carrascos, como Gonçalves Martins, que mandou matar o pessoal da Revolta dos Búzios. Está na hora de trocar esse simbolismo branco, macho, que diz que as pessoas só podem ser assim.

A violência não é só aquela que está tirando a vida da nossa gente. É também a que tira o esgoto, a que tira a possibilidade de se ter uma casa, a que tira a possibilidade de, na chuva, saber-se que não se vai morrer. E é o Estado brasileiro que está fazendo isso, com a nossa aquiescência.

Se eu pudesse pedir uma coisa a vocês, eu pediria sensibilidade. Isso não é do mundo real, do mundo da política. Se eu pudesse pedir uma coisa a vocês, eu pediria que nós nos encontrássemos daqui a 180 anos. Se matarmos mais gente jovem agora, mais crianças, mais adolescentes, nós não nos encontraremos daqui a 180 anos. Não quero continuar sendo uma espécie rara. Nasci no mangue, no Maciel Pelourinho, um lugar difícil de sobreviver, e cheguei aos 60 anos.

Eu quero olhar para a minha frente e ver muita gente preta, pobre, rica, branca, lilás, cor de abóbora, mas que tenha sobrevivido não porque escapou de balas ou de um estado agressivo e cruel, mas porque foi capaz de ajudar um país a se desenvolver. O nosso maior dilema agora é justiça, reconhecimento e desenvolvimento, objetivos da campanha da ONU para a década do afrodescendente, que começa no dia 25 de maio de 2015 e vai até 2024.

Então, se a gente se encontrar daqui a 180 anos, eu quero encontrar vivos os jovens e as crianças que poderão morrer no Brasil neste momento, porque os que morreram o Brasil já perdeu, o País já perdeu, nós perdemos. E nós podemos evitar isso. Basta uma coisa simples: impedir que a sociedade e o Estado brasileiro continuem pensando em balas, em violência, em redução de maioria, em preconceito e selvageria. Essa é uma lição do passado. Vamos para o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como se diz lá no interior, som na caixa!

(*É executada a música Samba Rap.*)

O SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES - “Sem transporte, sem saúde e sem educação, como o povo vai fazer para ganhar o pão? Enquanto os filhos de



políticos estudam na Europa, os iludidos ficam aqui comemorando a Copa. No Congresso Nacional já não existe razão (...)" (Palmas.)

Obrigado. Esse samba-reggae foi feito por Reni Veneno em 1994, quando o Brasil disputava a Copa do Mundo e tornou-se pentacampeão. É uma mensagem direta. Nós não podemos apenas comemorar o esporte, o futebol, mas precisamos pensar nisso. O nome dessa música é *Samba Rap*.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Muito obrigado. Quero agradecer aqui as belas palavras do João Jorge Santos Rodrigues, Presidente do Olodum.

Como há vários inscritos aqui, nós vamos pela ordem. A Relatora foi ao Plenário. Falarão os dois autores do requerimento, a Deputada Benedita da Silva, e também o Deputado Jean Wyllys. Depois falarão, seguindo a ordem, o Deputado Delegado Edson Moreira, o Deputado Orlando Silva, o Deputado Eros Biondini, o Deputado Beбето.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, não seria a Deputada Benedita da Silva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Foi S.Exa. que pediu.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ah, foi sua S.Exa. que pediu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, considerando o horário, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento: que nós estabelecêssemos um limite de tempo para a intervenção dos Deputados, de modo que pudéssemos encerrar a reunião antes de começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Podemos estabelecer 5 minutos. O.k.? (Pausa.) Então, vamos lá.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys, por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, eu quero agradecer bastante ao João Jorge e ao Prof. Valter Silvério pelas comunicações. Eu fiquei bastante tocado por elas por razões diferentes.

O Prof. Valter tocou-me muito quando falava que a evasão escolar é maior entre as crianças negras por uma série de razões, mas também pela falta de representação no conteúdo que lhe é oferecido; que o impacto do olhar que a criança, a pessoa negra tem numa sociedade racista a diminui como sujeito humano. E houve a própria menção dele ao racismo liberal, que não quer enxergar o racismo como algo estrutural e sistêmico, que culpa as pessoas pelo racismo e não o sistema. Ao ouvir tudo isso, professor, eu não deixei de identificar esses aspectos com a própria questão LGBT. Quer dizer, eu experimento a mesma coisa como uma pessoa homossexual que, desde a escola, tem essa dificuldade por conta de uma homofobia ou de uma homo-lesbo-transfobia que é sistêmica também.

Quanto à sua comunicação sobre as vulnerabilidades, eu quero trazer o exemplo da AIDS. A síndrome hoje — não necessariamente a infecção pelo HIV, mas a síndrome — ainda é a causa de morte de pessoas negras e pobres, porque a posição de classe e raça combinadas torna essas pessoas vulneráveis. Elas não são vulneráveis, elas são vulnerabilizadas. Por isso, não faz sentido falarmos em comportamento de risco. Ou seja, a pessoa não apresenta um comportamento de risco se não teve acesso à educação, se não dispõe de uma campanha de saúde que a leve a se prevenir contra a AIDS nem a fazer testes regularmente sobre o vírus HIV. De modo que hoje a doença se pauperizou e atinge sobretudo a população negra. Essa é uma questão interessante.

Mas a pergunta que eu queria fazer ao senhor especificamente — e aí traçando um paralelo com o debate que acontece no próprio movimento LGBT — é sobre a questão da lei que criminaliza o racismo como crime hediondo, imprescritível e inafiançável. Nós do movimento LGBT temos um debate hoje sobre as razões dessa criminalização e que tipo de criminalização queremos. Nós sabemos que a homofobia ou a homo-lesbo-transfobia, assim como o racismo, tem a ver com preconceitos, é de ordem cognitiva. A pessoa não nasce racista, ela adquire um racismo na sua própria socialização e formação. Então, não faz sentido punirmos pessoas que se tornaram racistas nesse sistema com prisões duras, com penas



enormes. Pensamos, por exemplo — estou falando do movimento LGBT —, em punições e agravantes para o crime contra a vida e a lesão corporal. Mas um segmento desse movimento defende penas alternativas e socioeducativas para a injúria homofóbica, para o insulto.

Eu queria que o senhor fizesse uma avaliação da criminalização do racismo no Brasil, já que não se tem notícia de uma pessoa que tenha sido presa por conta da prática do racismo. Queria que o senhor avaliasse se isso foi positivo ou não, na medida em que sabemos qual é cor da população carcerária, qual é a etnia da população carcerária.

E João Jorge, enquanto você falava, eu não deixava de me lembrar da minha história na Bahia e de como a *axé music*, ainda que hoje desprezada e subavaliada em seus impactos culturais, teve importância no meu imaginário em relação à população negra de onde eu estava inserido, inclusive na Baixa da Candeia, lá na Bahia.

Foi com o Olodum, por exemplo, que eu ouvi pela primeira vez: “*Aganju, Alujá, muito axé. Canta um povo de origem nagô*”. Essas palavras fazem referência ao universo iorubá. Cito outra letra mais tardia do Olodum: “*Protestos, manifestações faz o Olodum contra o Apartheid*”. Ou seja, os blocos afros trouxeram essa noção de autoestima à população negra — “*O mais belo dos belos sou eu, sou eu!*” —, mas também causaram um impacto muito grande nas relações raciais, sobretudo no tipo de sociabilidade que essa música produzia. Cito o exemplo das festas de Largo, onde todo mundo se misturava.

Houve uma interrupção nesse processo, houve o declínio disso, do impacto que essa música, que a via cultural vinha fazendo em termos de enfrentamento ao racismo. Eu pergunto a você: isso tem a ver com a cooptação carlista ou, ao contrário, a política carlista, em que pese ao seu autoritarismo, investia mais nesse aspecto cultural, em relação, por exemplo, aos governos petistas?

Eu queria que você avaliasse isso, porque nós achamos que governos de centro-esquerda — já estou concluindo — teriam um impacto maior na ampliação da cidadania da população negra. Comparando estes dois momentos da política baiana, a política carlista, em que a *axé music* ganha força e esse discurso se torna hegemônico do ponto de vista cultural; e a política petista agora, em que há o



declínio desse aspecto cultural, eu lhe pergunto: houve um acréscimo em termos sociais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Com a palavra a autora do requerimento, a Deputada Benedita da Silva, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Boa tarde, senhoras e senhores!

Eu gostaria de agradecer muito ao João Jorge e também ao Prof. Valter Silvério pelas presenças. Conheço ambos e sei da sua competência.

Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, nosso Presidente, e a Deputada Rosangela Gomes, nossa Relatora.

Hoje, como sempre, nós temos mil e uma atividades na Casa. Eu estou de Comissão em Comissão e ainda tenho que abrir a Subcomissão que trata da saúde da população negra, de que sou Presidenta. Então, eu não poderei ficar aqui o tempo todo.

Mas eu queria, ao cumprimentá-los, dizer que esta Comissão tem, sim, um sentido didático — eu estou sendo repetitiva —, porque cada um que vem a esta Comissão, seja convidado por qualquer um de nós Deputados e Deputadas, traz uma contribuição histórica. Nós estamos reescrevendo a verdadeira história do Brasil e, ao mesmo tempo, dando condições para que haja uma reflexão, sem um forte recorte ideológico-partidário, não só sobre a situação em que vive o povo negro brasileiro, mas sobre o que leva essa violência a se acentuar principalmente com relação à população negra, à população indígena. Nós estamos vendo acontecer, de forma acirrada, a homofobia, a perseguição religiosa e coisas dessa natureza, apesar de todas essas contribuições, inteligências e construções magníficas que cada um de nós tem dedicado a nosso País.

Eu não ouvi o Prof. Valter falar, mas conheço um pouco do seu pensamento. Mas ao ouvir o João Jorge falar — e também pelas indagações feitas pelo Deputado —, eu tenho a ligeira impressão de que, em se tratando desta Comissão, todas as contribuições são válidas, sejam do ponto de vista político, de críticas, de cobranças, de resgate histórico de governos e, principalmente nesta Casa Legislativa, das



aplicabilidades das leis e até mesmo dos comparativos e dos questionamentos da nossa própria luta. Nós não nos colocamos apenas como vítimas, mas também como protagonistas dos avanços e dos recuos dos movimentos de que também somos líderes.

Aqui nós podemos identificar que houve avanços e recuos nesse contexto. Por exemplo, eu posso destacar que hoje nós temos uma representatividade um pouquinho, mas um pouquinho maior no Congresso Nacional. E todos nós sabemos disso. No entanto, nem todos aqui estão imbuídos do mesmo propósito, no que diz respeito a combater praticamente esse genocídio que existe. E esta Comissão tem esse grande papel.

Por isso, parabenizo o Deputado Reginaldo Lopes pela iniciativa e a nossa Relatora pelo trabalho que vem realizando. Mas parabenizo sobretudo os senhores convidados pela presença nesta Casa, trazendo esse patrimônio histórico e nos colocando numa situação em que não somos os coitadinhos. Nós não estamos aqui apenas como vítimas, mas estamos trazendo para esta Casa uma contribuição, para reescrevermos todo esse caminho histórico e, ao mesmo tempo, tomarmos uma atitude. Nós precisamos não apenas amenizar a linguagem, mas trazer aqui, é evidente, propostas e leis que possam amenizar a situação por que hoje passa este País, que é de responsabilidade de governo, mas é também de responsabilidade nossa. Temos de compreender que precisamos fazer leis que possam ajudar nesse contexto, o que, nesta Casa, nem sempre é compreendido por todos — e aí eu digo todos os negros e brancos. Cito, por exemplo, a questão da maioria penal. É preciso entender, através desses históricos, que a maioria penal é um retrocesso naquilo que nós estamos colocando como violência à nossa juventude negra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que eu estou vivendo em outro país. Esse país de que esse pessoal fala aqui eu realmente não vi.



Primeiro, pelo que conheço, eu vi o seguinte: os próprios negros na África aprisionando os outros negros e entregando-os para os navios negreiros trazerem para cá. Segundo, eu vi o negro, o branco e o índio lutando na expulsão dos holandeses em Pernambuco, todos juntos. Isso eu vi.

Eu fui para a escola com negros, sou filho de negros e convivi com negros na faculdade. Eu nunca vi essa diferença, essa segregação que o pessoal diz que existe. Eu nunca vi. Eu sempre tive uma convivência harmônica.

Agora, os italianos também ficaram na senzala. Para quem não se lembra disso, quando os italianos chegaram ao Brasil, eles foram colocados lá na senzala. Eu sou um estudioso de história.

Eu sou uma pessoa que vim de baixo, andei de calção rasgado e pé no chão. Mas fui para os vestibulares e consegui vencer na vida, como a minha família toda. Então, eu acho que esse problema das cotas, esse problema da segregação é um pano de fundo para a roubalheira que se instituiu neste País, uma roubalheira que não tem fim. Até agora está difícil rastrearem esse dinheiro todo.

E eu sei que houve a Lei do Sexagenário, houve a Lei do Ventre Livre e houve a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888. Mas foram os ingleses que pressionaram para que isso acontecesse, por causa da Revolução Industrial, para que houvesse mais consumidores dos produtos que eles fabricavam.

Eu sou a favor da redução penal porque entendo que todos têm que ter a sua cota de responsabilidade neste País. E não pode uma pessoa com entendimento psicológico cometer um crime e sair impunemente, como se fosse um coitadinho sem entendimento psicológico para cometer o crime. Muito pelo contrário.

Eu sou a favor de que todos tenham o direito de escolher o que querem e o que não querem. Não sou favor a de que uma minoria imponha às pessoas o que elas devem ou não devem fazer. Por exemplo, eu quero que o cidadão tenha o direito de comprar ou não uma arma. O cidadão tem que escolher a melhor forma de se defender.

Eu acho inconcebível o fato de dois menores entrarem numa casa como fizeram aqui em Goiânia, assaltarem um casal e darem um tiro na cara da mulher só porque ela bonita. Isso é inconcebível! Em outro caso, o rapaz passou o celular para um menor, mas ele foi lá e deu um tiro na cara do rapaz que já tinha entregado o



celular. O rapaz já tinha fechado o portão, mas menor voltou e deu um tiro na cabeça dele, matando-o. Essas coisas são inconcebíveis. Eles tinham o entendimento psicológico do que estavam fazendo.

Por isso, eu defendo o direito do cidadão e defendo também a redução da maioria penal.

Eu vou terminar com o grande cantor Blecaute, negro, que diz o seguinte: “*Você conhece o pedreiro Waldemar? Não conhece? Mas eu vou lhe apresentar*”. A música diz que o pedreiro vai todo dia, e depois que ele constrói aquele prédio bonito, não pode entrar. É isso que acontece com o pobre no nosso País.

Mas não há essa radicalização de que o pessoal fala. Confrontos, eu tive vários com brancos e com negros. A verdade é essa aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu só quero me inscrever, por favor. Peço desculpas, colega.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Delegado Edson Moreira, eu só espero que V.Exa. volte, porque eu vou fazer aqui duas perguntas para os convidados, cuja resposta será muito importante para V.Exa. compreender o racismo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu volto! Eu volto!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu quero, na verdade, cumprimentar o meu amigo querido, o João Jorge, e agradecer-lhe pela presença num momento importante da minha vida, em 2012, em São Paulo. Começamos uma caminhada lá que me permitiu chegar onde estou hoje. O João Jorge foi uma presença que eu nunca vou esquecer. Quero cumprimentar o Prof. Valter Silvério pela belíssima exposição.

A sessão de hoje, na minha percepção, Sr. Presidente, dá pistas importantes para o trabalho da CPI no que diz respeito ao horizonte, à perspectiva. Não por acaso, o João Jorge, ao final da sua intervenção, falou na palavra futuro. Então, eu queria deixar para a nossa Relatora a reflexão sobre essa ideia que o Prof. Valter apontou, de marcos legais e de normas: nós, positivando no Direito, na prática e objetivamente, determinamos uma dinâmica diferente. Trata-se daquela lógica de



combater a desigualdade dando oportunidades desiguais aos que vivem em condições desiguais. Objetivamente é isso.

E eu considero que, no nosso relatório, é muito importante ler e avaliar mesmo o que foi essa experiência de 10 ou 12 anos de políticas e ações afirmativas no Brasil. Talvez o nosso relatório seja um desafio enorme, Relatora, mas eu considero que é muito importante que ele possa incorporar o aprendizado desse período, das ações afirmativas sobretudo. Há dados relevantes que demonstram que o Brasil caminhou passos à frente a partir da implantação dessas políticas. Essa é uma primeira questão que eu considero importante.

A segunda questão que eu considero importante também dialoga com o futuro e com as indicações da nossa Comissão. Eu queria que o João Jorge falasse um pouco sobre a experiência do trabalho cultural que o Olodum faz, um trabalho que vai além da dimensão cultural e tem um alcance social muito importante, uma experiência que, a partir de Salvador, tornou-se uma referência para o Brasil inteiro.

Políticas públicas culturais — poderíamos incluir aí as esportivas, dentre outros temas — têm impacto ou não na produção de oportunidades que inibem a brutal violência que atinge a juventude negra no Brasil? Eu considero que esse é um tema relevante e importante.

Prof. Valter, o senhor falou muito bem sobre o racismo institucionalizado no Brasil. Mas eu queria que o senhor falasse um pouco sobre racismo, sobre preconceito, sobre discriminação no Brasil. O senhor deve ter percebido, aqui no debate da nossa Comissão, que há Parlamentares que tentam negar o óbvio, negar aquilo que o Estado brasileiro reconheceu. Eu sempre vou repetir que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, declarou em alto e bom tom: *“Há racismo no Brasil”*. Isso tem um valor histórico, porque é a assunção por parte do Estado de uma realidade de fato.

Então, eu queria que o senhor comentasse um pouco sobre isso, sobre a dimensão econômica que existe — basta ver os dados das mulheres e dos negros no mercado de trabalho — e sobre a dimensão social, já que a grita dos indicadores de violência não basta.

Além disso, o senhor e o João Jorge — quero provocá-lo —, poderiam falar sobre lutas do povo negro brasileiro pela sua liberdade, para combater o escravismo



no Brasil. Não foi só o inglês que reivindicou o fim do escravismo por interesse de mercado. Há páginas lindíssimas na história do Brasil sobre a resistência do povo negro, não só na minha querida Bahia, mas no Brasil inteiro. Então, vale a pena que o João Jorge fale um pouco sobre isso, para iluminar a consciência e dar informação, para que toda a Comissão mobilize-se mais e que os seus resultados sejam instrumentos de combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito.

Parabéns ao Sr. Presidente, parabéns aos colegas que participam desta sessão e parabéns aos convidados!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando Silva.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, nossa querida Relatora, Deputada Rosângela Gomes, cumprimento V.Exas. Quero abraçar também nossos convidados, o Prof. Valter e também o João Jorge. Como músico, eu também sou fã do Grupo Olodum. Parabéns pelo trabalho e pela exposição!

Sr. Presidente, antes de comunicar uma presença de suma importância aqui, eu gostaria da atenção dos nobres colegas para corroborar as palavras da Deputada Benedita da Silva no que diz respeito ao aspecto didático da presença dos nossos convidados. Eles, com a sua história, sua experiência e sua qualidade, muito podem contribuir para o nosso crescimento, além, é claro, de todo o processo de investigação e de inquérito que é próprio de uma Comissão Parlamentar como a nossa.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, caro João Jorge, nós aqui no Brasil estamos recebendo a visita da Presidente da União Pan-Africana da Juventude, a Francine, que hoje fez questão de vir prestigiar os nossos convidados. Ela veio para um encontro das mulheres mais influentes do mundo, em São Paulo. E ao saber da reunião e da CPI, ela, que hoje representa 54 países da África com assento na União Africana e também na ONU, fez questão de vir dizer da importância desta CPI.



Por isso, alegra-nos muito o fato de a Francine ter priorizado visitar-nos, acompanhada pela Embaixadora da República do Congo, a Nadine, que também está aqui hoje na nossa Comissão (*Palmas.*). A Francine, Presidente da União Pan-Africana da Juventude, está aqui ao meu lado. Gostaria de apresentá-la aos meus nobres colegas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero convidar a Francine para falar aqui para nós, por 5 minutos. Posso? (*Pausa.*) Então, vamos ouvi-la por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Vale ressaltar, Sr. Presidente, que ela é princesa de um reinado na África e hoje tem sido a voz de muitos presidentes no continente africano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, com muita alegria, quero passar a palavra a palavra à Francine.

A SRA. FRANCINE MUYUMBA FURAHA (*Exposição em inglês. Tradução.*)- Muito obrigada. O meu português não é muito bom, então, eu vou falar em inglês.

Eu só gostaria de dizer, em nome da juventude africana, que eu estou muito grata por estar aqui nesta tão importante Comissão do Parlamento brasileiro. Muito honrado e honorável Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, muito obrigado por esta oportunidade. (*Palmas.*)

Eu represento 54 Estados membros da União Africana. Eu fui recentemente, há 6 meses, eleita na África do Sul. Nós trabalhamos diretamente na União Africana e representamos a juventude e os maiores tomadores de decisão dentro da União Africana.

Vocês precisam saber quem é a Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma. Nós trabalhamos junto no seu escritório e nós trabalhamos junto com todos os chefes de Estado da União Africana. E nós defendemos os direitos de toda a juventude em todos os níveis da União Africana.

Nós estamos aqui procurando fortalecer a relação entre a juventude africana e a juventude brasileira, para procurar desenvolver maior cooperação, de forma a poder estar mais próximos do Brasil.

A história é só uma: o Brasil conseguiu se desenvolver bem rápido, o Brasil veio de onde a África está hoje e o Brasil conseguiu gerenciar isso, para ser o que é



hoje. A experiência do Brasil é extremamente importante para os países africanos, para poder ultrapassar as barreiras e os desafios e também levar o desenvolvimento para aquela população.

Nós conseguimos desenvolver algumas relações entre a juventude africana e a Europa, entre a juventude africana e a China. E agora nós estamos procurando uma oportunidade para desenvolver isso com a juventude brasileira.

Como o Deputado só me deu 5 minutos, eu vou ser um pouco mais rápida. Eu só quero dizer que vocês estão aqui dialogando com uma Comissão muito sensível e fervorosa, que demanda um alto nível de tolerância. Esta é uma Comissão muito importante porque defende os direitos de todos, independentemente da sua cor, independentemente de onde vieram. Ela defende o direito de todos os brasileiros, para o melhor do Brasil, pelo interesse do Brasil, porque o Brasil é um só. O Brasil não é dois, o Brasil não é três, o Brasil é só um.

O que vocês estão fazendo aqui é para manter a paz e a estabilidade, para se ter a certeza de que as pessoas podem viver em conjunto e colocar as suas diferenças de lado. Isso é muito importante.

A África passou por isso no passado, liberando seus países do colonialismo. A África está livre, fazendo sua própria história. Nada de discriminação. As pessoas precisam viver juntas, em paz, porque o Deus que nos criou nos criou para ser aceitos do jeito que nós somos, negros ou brancos, ricos ou pobres, altos ou baixos, gordos ou magros. Deus nos criou do jeito que nós somos, e nós precisamos ser aceitos do jeito que nós somos, sem nenhuma discriminação.

Eu gostaria de agradecer a todos vocês pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, só reforço a presença da nossa Embaixadora do Congo, a Sra. Nadine. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós queremos, em nome desta CPI, agradecer à Francine pela presença e pelas palavras e dizer que de fato essa é uma mensagem importante de entusiasmo para o trabalho da nossa CPI, que, como disse uma mãe ontem em Maceió, Alagoas, busca que a sociedade não permaneça em silêncio, porque os gritos de dor e de sofrimento de milhares de mães, avós, viúvas e esposas ecoam pelo País, pelas periferias, e exigem que o



Brasil entre no seu estado civilizatório fazendo justiça, reparando danos e criando um Estado realmente de Direito para todos.

Nós temos esse grande desafio nesta CPI, um desafio histórico, que não é uma conquista desta Legislatura. De fato, esta CPI é uma conquista de mais de 30 anos de luta dos movimentos negros no Brasil. Por isso a Relatora, Deputada Rosangela Gomes, tem muita responsabilidade, como todos nós, juntos, no término deste trabalho.

Eu quero agradecer, Deputado Eros Biondini, a presença.

Muito obrigado à Francine e à nossa Embaixadora. Muito obrigado. As senhoras serão sempre bem-vindas a esta nossa Casa. (*Palmas.*)

Com a palavra o Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Eu só quero agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, e dizer que este é mesmo um espaço para o debate, e algumas vezes até para o embate. Isso faz parte da democracia e é próprio da nossa representatividade. A presença de pessoas tão ilustres e que têm, mais do que uma regra para nos ditar ou um conselho para nos dar, têm uma história de vida, ela tem que ser aproveitada ao máximo, para que possamos crescer também, além da CPI, como pessoas, como brasileiros, como irmãos.

Então, parabenizo mais uma vez o João Jorge e o nosso Prof. Valter Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nossos queridos João Jorge e Prof. Valter. *Mr. President, good evening.* É uma satisfação tê-las aqui.

Mais uma vez, este Plenário, os Deputados que aqui estão fortalecem a nossa democracia, tão jovem. Ora vemos posições tão diversas! O importante é que saibamos respeitar o ponto de vista de cada um. Eu sempre falo isso, porque todos nós temos posições diferentes, mas todos nós somos agentes públicos que representam uma parcela da nossa sociedade.

Eu fico muito feliz, Sr. Presidente, de estar nesta Comissão, levando com muita seriedade este trabalho, que nós estamos fazendo não só hoje, neste plenário, porque esta Comissão se desloca pelas Unidades da nossa Federação, do nosso



País, Deputado Davidson. Podemos, João Jorge, ouvir a população, suas demandas, podemos perceber o sofrimento do nosso povo, da nossa gente, que não é de agora, não é de hoje, infelizmente é de séculos, em que nos foi negado tudo.

É muito triste, Prof. Valter, ir aos Estados e ouvir famílias falarem de como a vida de seus filhos, de como seus sonhos são ceifados, sem uma oportunidade, sem uma chance.

Mais uma vez, eu quero ratificar, Presidente Reginaldo, que nós não mediremos esforços para fazer um relatório que contenha o sangue do nosso povo, que contenha a voz do nosso povo, que contenha a história do nosso povo.

Eu ouvi atentamente a fala dos dois e fiquei muito satisfeita. A cada semana que passa eu acho que os palestrantes — professores, representações que vêm a esta casa —, Deputada Mariana, Deputado Galba, dão uma contribuição extremamente significativa à nossa CPI.

Prof. Valter, o Deputado Orlando saiu, mas pediu que nós, junto com o senhor, falássemos um pouco mais no nosso relatório sobre ações afirmativas. Até antes de o Deputado Orlando fazer essa observação nós já conversávamos, já trocávamos *e-mail*, telefones, para podermos dividir as experiências e ajudar no processo de construção deste relatório, que não será feito por mim, será feito por todos os Deputados que aqui estão, porque cada um traz do seu Estado, do seu povo, um pouco da sua história.

Estivemos na Bahia, João, e lá pudemos ver o sofrimento do povo, não só no Cabula, mas também em vários outros bairros. Fomos recepcionados pelos Deputados Beбето, Davidson e Bacelar. Houve desdobramento na sexta-feira em Itabuna. Nós não fomos, mas temos a notícia de que foi um sucesso a audiência e de que o povo, a população, compareceu. Estivemos também no Rio de Janeiro. Lá estavam a Deputada Benedita, o Deputado Jean, a Deputada Erika, o Deputado Marcelo Freixo, bastante atuante, o Deputado Reginaldo, o Deputado Paulão.

Eu hoje comentava, Deputado Paulão, que fiquei muito sensibilizada com V.Exa. e sua esposa. Eu cheguei lá em Alagoas sob chuva, às 2 horas da manhã, e V.Exa. estava me esperando no aeroporto. Eu procurava um táxi e encontrei V.Exa. e sua esposa me esperando. Quero lhe agradecer de público o carinho, a atenção, a preocupação de me acolher no seu Estado, de me levar para o hotel. Também vi a



sua liderança no Estado de Alagoas. A audiência de ontem foi um sucesso, um sucesso no que tange à participação da juventude, no que tange à participação da sociedade, em que pese o Estado estar sempre colocando uma posição... Como já ouvimos aqui diversas vezes, parece até que, quando falamos de assassinato de jovens negros e pobres, falamos de um assunto de Marte, de outro universo. Eles existem! A discriminação existe. O assassinato existe.

Eu não estou aqui querendo influenciar. O relatório não está pronto. Eu estou preocupada em ouvir com muita atenção. Mas o racismo existe. Isso eu queria até perguntar ao senhor, Prof. Valter. O senhor fez uma colocação sobre duas formas de racismo: se eu não me engano, uma simbólica, outra material. De que forma a simbólica, como o senhor colocou, ela influencia diretamente? Eu queria também saber um pouco mais sobre como nós podemos combater esse racismo simbólico que existe. Essa era a minha pergunta.

Mas quero deixar bem claro aqui que o racismo existe. Eu sou preta. Várias vezes eu já falei do que eu passo no meio da rua. Nós não estamos aqui falando de uma coisa extraterrena, de um assunto que não existe. Eu sei o que é ser preta numa sociedade majoritariamente branca.

Mas eu não desisto. Por onde eu passo, eu falo para a população, sobretudo para a população negra: é o voto o que muda a história! É o voto que pode mudar a nossa situação, viu, João Jorge? E eu quero chamar a atenção, por onde passo, para uma frase que Mandela deixou e que gosto muito de usar. Mandela diz que não consegue entender como 2 milhões de homens brancos conseguem governar 8 milhões de negros.

Eu acho que nós precisamos, Presidente Reginaldo, em que pese o nosso sacrifício, o nosso desejo de mudança, ir a todos os 27 Estados da Federação e não deixar de falar isso a todo o tempo, não deixar de fazer essa fala tão proativa que fez o João Jorge, o Professor e de todos os outros que aqui estão, principalmente os Deputados, que foram investidos de mandato, como eu fui, para defender sobretudo o direito do nosso povo, da nossa história.

Enquanto eu estiver aqui, Presidente Reginaldo, meus companheiros e minhas companheiras de Casa, estarei fazendo com muita responsabilidade o nosso trabalho na relatoria, sobretudo preocupada com todas as vozes que não podem



estar aqui, como a de Cláudia Ferreira, que eu sempre cito, como a de Amarildo. E ontem conheci um ator novo, o Davi, de Alagoas, e a luta incansável da mãe dele, D. Maria, e de tantas outras que estavam ali, mães que choram pelos corpos de seus filhos.

Enfim, mais uma vez parablenizo a todos pela atuação. Nós estamos aqui — quem foi a Alagoas sabe — sem dormir, mas estamos com muita vontade de trabalhar e de dar a nossa contribuição.

Parablenizo a Deputada Benedita pela indicação dos dois palestrantes desta tarde, que estão contribuindo de forma bastante significativa para os nossos trabalhos.

Muito obrigada.

Professor, se o senhor puder depois falar um pouco mais sobre o racismo simbólico, eu teria todo o interesse de ouvi-lo, porque quero atuar, quero legislar sobretudo em cima dessa fala que o senhor fez nesta tarde com muita propriedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes, pela dedicação e pelo trabalho.

Quero também registrar a presença da Profa. Ana Rita, da Secretaria da Igualdade Racial da Prefeitura de Goiânia; do Leandro Dias, Diretor de Ações Temáticas da SEPIR; e também da Ana, Secretária de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura mineira de Nova Lima.

Passo a palavra para o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente saudar o nosso baiano querido amigo João Jorge, Presidente do Olodum, e o Prof. Valter Silvério e dizer da nossa grata satisfação de recebê-los nesta Comissão.

Eu tenho repetido, e não pode esta ser considerada uma fala retórica, que a contribuição dada aqui pelos pesquisadores, professores, ativistas do movimento negro e também por autoridades da segurança pública vai compondo um quadro de informação para a nossa Comissão. Obviamente, nós Deputados vamos analisando essa representação das falas, essa representação do discurso, e ela vai, como nós vimos ainda há pouco nesta Comissão, produzindo informações, João Jorge, até



para que nós evitemos — talvez seja uma repetição — cair na vala comum de discursos que aqui têm sido proferidos. Como muito bem enfatizou o Prof. Valter Silvério, questões relacionadas à violência ou mesmo ao racismo que nós temos no Brasil não podem ser encaradas como um problema individual. Esta é uma questão central. Às vezes nós assistimos em discursos que tratam do tema objeto da nossa Comissão, que é o genocídio de jovens negros e pobres deste País, a uma tentativa de imputar essa violência à característica individual de uma pessoa, eximindo-se o Estado do racismo institucionalizado pelo Estado, isto é, desresponsabilizando-se o Estado dessa prática.

Portanto, eu acho que essas falas que têm sido trazidas aqui são extremamente oportunas.

Eu vou me concentrar em duas observações. A primeira é que nós não podemos deixar de considerar que esses fatos têm como marca — ambos trataram disso — o racismo. Ele é, volto a repetir, como o professor muito bem caracterizou, estruturador das relações de poder, ele é estruturador e hierarquizador, portanto, de relações sociais. E nessas circunstâncias, o que nós temos assistido inclusive como parte dessa filtragem racial estabelecida como marca institucional do Estado brasileiro evidencia uma condição desse racismo que esteve no passado mas que está com seus elementos de permanência ativos na vida nacional, ativos nessa relação que tem o Estado com a própria sociedade. Essas condições estão presentes e elas têm pesos distintos.

Se você evidenciar, como nós aqui verificamos, como esse peso dialoga com a segurança, com a educação, e como essas estratificações vão dando conta não apenas do dado de classe, mas também do dado racial como componente central... O dado racial tem um componente central. Para nós, é fundamental pensá-lo.

Nessa condição, Professor, eu penso que essa filtragem racial, que tem sido inclusive parte da institucionalização do racismo, está presente nas próprias abordagens que se fazem como parte ou dos autos de resistência ou da abordagem policial que tem levado a esse conjunto de crimes a que nós temos assistido, a esse genocídio praticado contra a nossa juventude negra, que não podemos imputar, aí sim, apenas ao policial em si, mas devemos imputar a uma prática estabelecida,



organizada, estruturada como elemento dessa institucionalidade do racismo praticado pelo Estado brasileiro.

Essas condições estão presentes nas nossas avaliações e, sem sombra de dúvida, nós aqui as estamos considerando como centrais. Não dá para falar de uma política de segurança pública, não dá para considerar que a vértebra de um processo de mudança é a educação sem considerar o que nós temos como elemento ainda presente em qualquer plano de educação, ou, como o próprio Professor tratou, inclusive na representação de como se abordam crianças numa mesma sala de aula, sem considerarmos que isso deve ser alterado e deve ser considerado uma preocupação, uma responsabilidade do Estado brasileiro. Penso que nós do movimento negro demos contribuições extremamente importantes.

Não sou daqueles que aceitam a ideia, como nós temos visto, de que o crime é contra o jovem, não é contra o negro. Há sim uma seletividade. Se, em 1995, em Durban, o Estado brasileiro reconheceu o racismo, e o racismo institucional — ali reconhecemos o racismo —, agora eu acho que um passo à frente nós devemos dar no sentido de reconhecer não apenas a violência contra a nossa juventude, em razão dessa aviltagem, em razão da “racialização” de um conjunto de políticas, mas sobretudo de reconhecer esse genocídio do povo negro, da população negra. Isso é fundamental para que se crie um conjunto de políticas reparatórias daquilo que tem sido praticado contra a nossa juventude, com a perda de talentos, por um conjunto de ações que o Estado coaduna com a prática dos seus agentes públicos, dos seus agentes de segurança.

Portanto, é nessas circunstâncias que nós devemos tratar desses temas. E temos tratado com esses cuidados, obviamente sem a busca da criminalização antecipada, mas reconhecendo a existência desse racismo institucional.

Eu encerro, porque o Sr. Presidente está pedindo e porque nós temos uma ordem a seguir. Mas é preciso considerar não apenas a nossa morte física, Prof. Valter, Prof. João Jorge. É preciso considerar, mais do que isso, a nossa morte simbólica, que tem um elemento intangível que poucos conhecem, porque só nós, só a nossa própria condição nos dá, o sentimento de plenamente sentir essa morte simbólica de todos os dias que nós atravessamos. Essa condição, que não é tangível para alguns, é preciso levar em consideração, com disse o Prof. Valter,



como disse o nosso Prof. João Jorge. E precisamos ter elementos como os aqui apontados conjuminadamente pelo Prof. Valter e por João Jorge, elementos para um marco normativo, para um regramento que nós precisamos adotar, sob o ponto de vista do ordenamento jurídico brasileiro, e não só, porque isso nós podemos fazer, mas o que importa é como esta sociedade, como nós vamos nos tocar com um tema que é fundamental para a dignidade humana de homens e mulheres. Esta é uma questão central.

Ao finalizar, Prof. Valter, eu pediria que o senhor abordasse um pouco mais essa questão dos autos de infração, do significado que tem o auto de infração como parte da institucionalização desse racismo com a presença do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Beбето.

Tem a palavra o próximo orador, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sra. Relatora Deputada Rosangela.

Nós já cumprimos um papel importante com a instalação desta CPI, que é um marco histórico neste debate. Esta CPI já deu resultado importante. Hoje vemos nos jornais que os PMs que fizeram a chacina do Cabula foram denunciados, todos os nove. A versão oficial de uma troca de tiros foi completamente desmascarada pelo Ministério Público, e os oito policiais que fazem parte do grupamento RONDESP... Na avaliação do Ministério Público, não houve enfrentamento, e sim execução. Esse foi um dado importante, que eu reputo não só à reação do povo baiano a essa chacina, mas também à presença da CPI não só lá em Salvador, onde fizemos a oitiva da família das vítimas, mas aqui também, com ampla repercussão dessa chamada cultura da violência.

Eu gostaria de destacar tanto para o Prof. Valter como para o nosso querido baiano João Jorge que esta discussão na Comissão está colocando alguns elementos importantes no debate.

Primeiro, nós temos uma série de marcos institucionais que ajudaram a resolver o problema. Teríamos instrumentos legais para pelo menos enfrentar o problema. Nós tivemos isso, a política de cotas, um conjunto de marcos institucionais que foi apresentado pelo Prof. Valter.



Por outro lado, nós tivemos também uma ampliação da inclusão social no Brasil, e apesar disso... Eu sempre gosto de destacar que é feita a leitura do *Mapa da Violência*. É claro que o número absoluto é grande, extremo, explosivo. Se comparado com qualquer padrão internacional, ele foge à regra, mas o grande salto nesses números se deu na década de 80 e na década de 90, o que deixa claro que o problema não é só das políticas de segurança pública. Acho que este debate é importante para nós avançarmos porque o problema não é só de segurança pública, ele abrange a inclusão social das camadas mais pobres. Eu acho que há um corte de classe, e não podemos perder esse conceito do corte de classe, porque não é à toa que a atingida é a camada da população menos favorecida. E esse corte de classe tem um corte racial associado. Eu acho que nós não podemos utilizar um conceito para negar o outro. Muito pelo contrário, esses conceitos, na formação histórica do Brasil, eles se conjugam, do ponto de vista histórico.

Então, é muito importante nós avançarmos neste debate, porque há uma resistência, no conceito do povo brasileiro, a essa questão do racismo. E essa é a pior forma de enfrentar o problema. A mais difícil forma de enfrentar um problema é quando ele está imbuído dos valores culturais da nossa formação social e não é tão explícito quanto esses números começam a revelar.

Eu acho inclusive, Sr. Presidente, que esta Comissão está ajudando no debate sobre a redução da maioridade penal. Esta Comissão está tornando evidente a importância desse debate, que estava sendo travado isoladamente. Eu já participei de duas visitas. Na visita que nós fizemos a Itabuna o debate foi muito intenso. Aliás, o debate começou com o enfrentamento da questão da redução da maioridade penal, colocando-se claramente que a nossa juventude, longe de ela ser responsável pela violência, ela é vítima da violência e que processo de ressocialização no Brasil não existe. Então, na verdade estão querendo que essa juventude seja colocada na escola do crime.

É sempre muito fácil rotular as pessoas de que elas são a favor dos criminosos. Mas quem está querendo estabelecer que as pessoas entrem na escola do crime, neste sistema carcerário brasileiro, que a nossa juventude vá para lá e não seja ressocializada, é exatamente quem quer a redução da maioridade penal, aliás, mais um retrocesso no Brasil, do ponto de vista histórico.



Nesse sentido, as contribuições são importantes para que nós tenhamos clareza de que, além das políticas de segurança, é importante nós discutirmos esses reflexos nas outras políticas sociais, como a questão do serviço público de qualidade para as classes menos favorecidas do Brasil, portanto principalmente para a grande massa de assalariados e de despossuídos, aqueles que estão à margem inclusive do trabalho assalariado, e para os negros.

Às vezes, algumas pessoas vêm a este debate e ficam pensando: “*Mas aqui não era para tratarmos da segurança, de uma política de segurança?*” Eu acho que esta Comissão, que a amplitude do debate que está sendo travado aqui está dando demonstração da complexidade e das formas, digamos, multifacetadas deste tema. Porque aqui nós temos a responsabilidade não só de gerar políticas públicas, mas também de analisar as políticas que estão em curso. Está em curso no Brasil hoje a política Juventude Viva, e a nossa juventude está morrendo! Então, nós precisamos analisar quais são os efeitos dessa política. Nós precisamos de políticas que sejam lançadas, desenvolvidas e efetivamente integradas nos diversos níveis de poder do Brasil, poder municipal, estadual e federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães. Em nome da CPI, quero agradecer o trabalho de V.Exas. na Bahia, em especial na audiência de sexta-feira, em Itabuna e Itacaré, originado no depoimento de mães que estiveram aqui.

Também aproveito para agradecer ao Deputado Paulão. Nós iniciamos nossos trabalhos em Alagoas às 5h30min — chegamos ao hotel às 5h30min —, com a *TV Gazeta*, e terminamos às 23h30min. Foram 10 horas na Assembleia, ouvindo a todos. Então, Deputado Paulão, obrigado pela organização em Maceió.

Passo a palavra para a Deputada Erika Kokay — que foi a Minas e nem me convidou.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estive ontem em Minas, com o Secretário Nilmário Miranda.

Eu conversava com o Deputado Jean Wyllys, e ele apontava algo que me parece muito concreto. Às vezes nós temos a impressão de que estamos retrocedendo, retrocedendo no sentido do que o País já construiu, e retrocedendo não só nos direitos, como também na consciência dos direitos. Ao escutar o velho



mito de que nós vivemos uma democracia racial, nós temos a impressão de que ainda não saímos dessa lógica, que é uma lógica que assassina de novo. Se formos falar de desumanização simbólica, negar o racismo neste País é uma desumanização simbólica.

Eu tenho a convicção de que não apenas o racismo existe... Porque o Brasil continua com uma série de mitos: o mito de que a ditadura não foi tão dura porque o Congresso funcionava, sem se considerar manietado o Congresso; o mito de medir a ferocidade de uma ditadura pelo número de corpos e não por quanto ela ficou na nossa contemporaneidade, que é a forma real de se medir a ferocidade de uma ditadura; o mito de que era possível adentrar as casas grandes, sair das senzalas, porque havia pontes com as casas grandes. Em verdade, adentrar as senzalas para oriundos da casa grande pressupõe uma subalternidade e a anulação da condição de sujeito, que é a anulação da humanidade, a anulação da condição de sermos sujeitos, particularmente sujeitos de direito. Porque, se não somos sujeitos, se não temos liberdade, nós não vivemos a nossa humanidade. A nossa humanidade pressupõe isto, a possibilidade de, tendo consciência da nossa vida, pegar a vida pelas mãos e poder transformá-la, sentindo-se dono do próprio corpo. Até o corpo foi roubado. O corpo foi roubado! O corpo foi roubado das negras neste País! Foi roubado em grande medida e continua sendo roubado dos nossos jovens negros em todos os lugares deste País.

Portanto, não podemos retroceder na construção teórica que este País já fez de que há um mito, que precisa ser reconhecido enquanto mito, para que nós possamos enfrentar a realidade; que existem tetos e portas de vidro; que existem paredes de vidro que impedem que nós tenhamos as mesmas oportunidades neste País.

E se é de vidro e não se vê, não se reconhece, então não se pode enfrentar. E se não se enfrenta e se é de vidro e não se vê e não se reconhece, você “fulaniza” a subalternização social: o problema não está nas estruturas feitas de portas e grilhões de vidro, grilhões invisibilizados, mas está nas próprias pessoas. Então, se vitimiza de novo. Você estabelece o racismo e, ao negar o racismo, você revitimiza, porque você diz que, se não existem os mesmos espaços e se é apenas esse o



espaço que lhes cabe nesse latifúndio, como diz o poeta, a culpa é, mais uma vez, das próprias pessoas.

Quando se nega o extermínio de jovens negros neste País, que é real — existe um extermínio de jovens negros, que penso ser doloso, intencional —, é porque incomoda! Incomoda, numa sociedade racista, numa sociedade que fez os seus *apartheids* tão concretos — os *apartheids* dos locais onde deveriam estar os negros e onde deveriam estar os brancos —, que brancos possam conviver com os negros neste País. Por isso, penso que o extermínio tem um quê de doloso.

Para concluir a minha fala, pergunto ao professor. Esse processo de negação do racismo é uma forma de reafirmá-lo, é uma forma de naturalizá-lo, é uma espécie de microfísica do poder, usando um termo de Foucault — o poder é tão micro, tão micro que vai se entranhando e vai entrando no tecido social, entrando e tomando conta das mentes e dos corações e passa a não ser reconhecido enquanto tal. Assim, o racismo, de tão naturalizado, torna-se perene, torna-se não reconhecível. Então, faço esta pergunta ao professor: o que leva as pessoas a negarem o racismo? É essa naturalização? É achar que é assim mesmo? É achar que isso faz parte da própria vida? O que leva, em um Parlamento como este, em uma Comissão que discute e investiga o extermínio de jovens negros e pobres, alguém a dizer que não há racismo; alguém a dizer que os negros não morrem porque são negros e que os pobres não morrem porque são pobres? O que leva a esse tipo de reprodução de uma estrutura de poder, que é uma estrutura de poder desigual, é uma estrutura de poder que mata e desumaniza não só simbolicamente? Penso que a desumanização literal pressupõe uma desumanização simbólica; ela pressupõe que são pessoas que não precisam e não merecem viver enquanto pessoas. Isso nos lembra da lógica eugenista, que foi tão dominante na intelectualidade deste País no começo do século XX.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço-lhe que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, pergunto ao professor o que leva pessoas que estão em uma CPI, entre elas Parlamentares, a virem aqui e negarem o racismo. Que fenômeno social é esse que constrói esses porta-vozes da perenização do próprio racismo e, portanto, do extermínio de jovens e negros?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores convidados, Prof. Valter, Sr. João Jorge, Presidente do Olodum, de cuja prática eu sou fã e cujo programa feito na Bahia, principalmente com as crianças, eu admiro, eu não tenho a menor dúvida de que ainda existe a sombra do racismo no País. Com certeza, não sou eu a pessoa que nega o racismo. Na reunião passada, eu disse que a sombra do racismo ainda ronda os quatro cantos deste País.

Mas a minha preocupação maior é saber por que os jovens do nosso País estão morrendo. Por que nós negros estamos morrendo? Eu me identifico como negro porque o professor é o terceiro palestrante que chega aqui e diz que o pardo e o preto são os negros. Por que a nossa juventude negra está morrendo? É isto que me preocupa, Sr. Presidente: a causa dessas mortes.

Mas vi que, no pronunciamento do Prof. Valter, ele colocou, entre outras coisas, a questão da filtragem racial; a questão da desvantagem ocupacional pela moradia; a questão da educação, que nós jovens negros não temos; a questão da falta de oportunidades, que nós negros não temos. E mencionou inclusive que nós temos, de 2010, um levantamento que mostra que mais de 7 mil jovens negros foram mortos.

Então, eu gostaria de deixar a pergunta, porque a qualquer momento começa a Ordem do Dia e nós temos que sair às carreiras, Sra. Relatora: todas essas faltas que nós temos — de educação, de espaço, de oportunidade, de tudo — não são causas, Professor, que levam a nossa juventude ao envolvimento fácil com o mundo do crime, das drogas, tornando-se um alvo fácil para a morte? Essa é uma pergunta que eu deixo para o senhor, para o caso de eu não ter a oportunidade de estar aqui mais tarde.

Para o Sr. João Jorge, do Olodum, que, na sua própria música, no símbolo musical, que é o samba *reggae*, cantou em versos os mesmos motivos que o Prof. Valter colocou — a questão do preconceito, do ganhar pouco, da falta de oportunidades, da falta de saúde, do transporte, de tudo, ou seja, uma ausência, nos dois casos, da figura do Estado —, deixo uma pergunta também: tudo isso, todas as



faltas que há e que são mencionadas na música, nos discursos, nas palavras de vocês, não tem também causado a ida da nossa juventude para o mundo dos crimes, das drogas, tornando-a alvo fácil para as mortes?

Eu preguei, desde o início desta Comissão, Srs. Palestrantes, três causas que têm levado a nossa juventude às drogas e vou repeti-las em todas as reuniões em que eu estiver presente.

A primeira é a desagregação familiar, de que nenhum palestrante ainda falou, mas eu já disse ao Presidente que ainda vou ouvir alguém falar disso aqui.

A segunda é a falta das políticas públicas, que o Estado, nos 12 anos deste Governo, nunca deu para a nossa juventude — repito: nunca deu para a nossa juventude —, e eu gostaria de ouvir os Deputados da base falarem sobre isso. Dizem que o Estado mata. O Estado mata não é só com a arma do policial, quando em confronto, ou em não confronto — pode ter sido esse o caso ocorrido no Cabula, mas, como eu não tive a oportunidade, Sr. João, de ter conhecimento do que aconteceu lá, não posso me posicionar. Eu acho que o Estado mata muito mais não é pelas armas dos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O Estado mata porque o Governo que está aí há 12 anos não tem políticas para a ocupação dos nossos jovens, para que os nossos jovens possam aprender valores corretos de vida, para que os nossos jovens tenham oportunidades, para que os nossos jovens possam aprender uma profissão de nível técnico, para que eles possam procurar um primeiro emprego, para que eles possam fazer parte do mundo e não se sentir excluídos.

O racismo existe, sim. A sombra dele está aqui. Mas eu vejo que as maiores causas das mortes são essas três que eu citei e vejo, ainda, que o Estado mata exatamente pelas faltas dessas políticas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

Com a palavra o também autor do requerimento de realização desta reunião, Deputado Paulão.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, sendo bem objetivo, eu queria fazer uma saudação especial ao Presidente do Olodum, João Jorge, e dizer que é uma honra tê-lo nesta Casa, nesta Comissão, pela sua caminhada, sem dúvida nenhuma.

Quero cumprimentar o Prof. Valter Roberto e queria que ele aprofundasse um pouco — cheguei atrasado, Prof. Valter, devido ao voo — em relação à afirmação de que o menor tempo na escola, principalmente das crianças e dos adolescentes, está ligado diretamente a essa equação da violência, mostrando, então, a importância da educação.

Nós verificamos — eu vinha inclusive falando com um colega Parlamentar de Alagoas para cá — o gasto que temos no Brasil com segurança, o qual já ultrapassa o gasto com saúde, avança no gasto com educação. Se depender de alguns, inclusive desta Comissão, a solução é colocar um policial para tomar conta de cada pessoa da sociedade, quando se deveria fazer o trabalho preventivo. Isso é fundamental.

Na região da qual eu faço parte, a Região Nordeste, muitas vezes, quando nós vamos discutir sobre alguns equipamentos importantes, como creche, que tem um papel fundamental... E este Governo de 12 anos cujo mérito alguns não querem reconhecer porque têm vendas implantou creches no Brasil todo, com projetos que não é preciso nem a Prefeitura elaborar. Apesar disso, quando se chega à maioria dos Prefeitos, ouve-se: *“Eu não quero implantar creche”*. E você faz a pergunta: *“Qual o motivo?”*. Eles respondem: *“Quem é que vai custear?”*. Esse é o paradigma de vários Prefeitos do Nordeste. Mas, se nós não investirmos na educação desde os primeiros momentos, na creche, na escola de tempo integral, vamos investir em presídios.

E a outra pergunta, para finalizar, principalmente pela caminhada do João Jorge, é sobre a questão da cultura, a importância que ela tem.

Este Governo eu avalio que ainda tem, logicamente, falhas, até porque a questão da cultura no Brasil não é tratada devidamente nos Municípios, nos Estados nem na própria União. Para constatar isso, basta verificar a dotação orçamentária que é feita. Mas queria que você, João Jorge, se aprofundasse também neste tema, porque nós percebemos uma lacuna muito grande em relação aos Municípios, sobre



a importância que tem essa experiência que você deu para o mundo, essa abertura que existe, o sonho, a liberdade, principalmente da criança e do adolescente. É uma pergunta óbvia, mas é importante que a sociedade tenha conhecimento da importância da cultura, dessa magia que tem para a infância e a juventude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

Eu quero, antes de passar a palavra para o Prof. Valter Silvério e também para o João Jorge, dizer que eu gostei da definição que o Prof. Valter usou para o genocídio, porque faz uma analogia com a incompetência do Estado, com a ineficiência dessas políticas afirmativas voltadas para a população jovem negra e, ao mesmo tempo, também com a questão da morte simbólica.

Eu acho que — é evidente que estou manifestando uma opinião pessoal, não estou falando em nome da CPI — isso responde uma pergunta que esta CPI terá que responder: que, de fato, no Brasil existe, sim, um genocídio contra os nossos jovens negros e pobres.

Eu acho que essa definição é muito importante para esta CPI e também, evidentemente, importante para o Estado brasileiro e para que nós possamos fazer os marcos legais e, acima de tudo, também prever as ações do ponto de vista das políticas públicas.

Eu também estou convencido, Deputada Benedita da Silva, Deputado Paulão, Deputado Jean Wyllys, de que, mais do que fazer um plano nacional de enfrentamento ao homicídio, nós temos que fazer um pacto republicano no País em relação a essa matéria.

Aproveitando um pouco do debate feito em Alagoas, Deputado Paulão — isso é mais uma compreensão após ir ao seu Estado —, quero dizer que quando o Brasil fez alguns pactos mais republicanos, ele conseguiu alguns avanços.

Eu acho que, acerca desse tema, nós vamos ter, Relatora, que discutir, ter um conceito e ver como nós vamos propor esse pacto republicano. Faremos um plano decenal, evidentemente, mas, além das metas decenais para enfrentar e reverter esse quadro, eu acho que nós temos que ver como nós vamos fazer desenrolar isso. Lá no Rio de Janeiro, os movimentos nos cobram em relação a



ações voltadas para a juventude. Nós temos que ver, então, como vamos fazer esse pacto republicano do Brasil, de todos os seus Ministérios, junto com todos os Estados e todos os Municípios, mas também com o Ministério Público Federal, com os órgãos de Justiça. Temos que ver como nós vamos construir esse pacto republicano.

Nesse sentido, acho que essa definição que o senhor traz aqui é muito importante, evidentemente, somando-se às definições colocadas pelo João Jorge, que também caminham no mesmo sentido.

Quero passar a palavra ao Prof. Valter Silvério e, depois, ao João Jorge, para responderem as perguntas e fazerem suas considerações finais, neste momento em que eu já aproveito para agradecer a sua presença em nossa CPI.

O SR. VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Obrigado, Deputado. Obrigado a todos.

Eu, na verdade, acho que mereceria ser feita uma nova audiência para tratarmos das várias questões e eu teria o maior prazer em vir novamente aqui.

Eu gostaria de começar refletindo sobre uma distinção que nós usamos nas Ciências Sociais entre nação e sociedade, estado nacional e sociedade.

O que eu acho que acontece no Brasil é que o estado nacional está sempre em desacordo com a sociedade. Eu diria, sem nenhuma preocupação, porque eu acho que não é uma questão individual, que o Legislativo está em descompasso com o que está ocorrendo na sociedade. Então, na medida em que ele está em descompasso com o que está ocorrendo na sociedade, muito da legislação que é produzida não está dialogando com a sociedade.

Eu acho que isso é um elemento fundamental, e nós podemos mensurar essa relação entre Estado e sociedade a partir dos resultados efetivos das legislações — que avançaram, sem dúvida nenhuma, do ponto de vista da Constituição de 1988, mas, como não há mensuração efetiva de quase nenhuma legislação que implicava alteração da política pública, fica muito difícil observarmos o seu impacto. O que nós temos, efetivamente — e aí eu tenho que chamar atenção para isso —, é um protagonismo, sim, da juventude negra, um protagonismo do movimento negro no sentido não mais de denunciar, mas de exigir mudanças efetivas na sociedade.



Agora, entre a exigência, entre a luta política na sociedade e a chegada dessa demanda ao Parlamento há uma diferença enorme. No Parlamento, ela se transforma; ela desaparece, muitas vezes. Isso não quer dizer que eu compactuo com a ideia de que nos últimos 12 anos não aconteceu nada no Brasil. Eu acho exatamente o contrário: nos últimos 12 anos aconteceu alguma coisa. Tanto aconteceu alguma coisa que nós temos a sensação, nos dias de hoje, de que estamos num retrocesso.

E algumas discussões indicam esse retrocesso. Quando nós poderíamos imaginar que, depois de 12 anos, nós estaríamos discutindo a diminuição da maioria penal, quando nós deveríamos estar discutindo, com as mudanças que ocorreram, do FUNDEF para o FUNDEB, como ampliar a quantidade de anos dos nossos jovens — todos eles — na escola? Essa é a discussão que nós deveríamos estar fazendo.

Nós deveríamos também estar fazendo uma avaliação geral das políticas públicas. Como políticas públicas universais, no caso brasileiro, elas não respondem à necessidade da sociedade. Elas respondem à necessidade de parcela da sociedade, mas não atendem à totalidade da sociedade.

E aí eu quero chamar a atenção: a inclusão pensada só na chave econômica não toca no problema central. O que nós temos hoje no Brasil, e o que é divulgado para fora do Brasil, inclusive, é que nós pensamos a inclusão na chave da economia, o que é importante — não estou dizendo que não seja importante. O problema é que o outro braço da inclusão é exatamente levar a sério a questão da diversidade, da diferença, ou seja, incluir. Apagar dimensões culturais, orientações, não é incluir; é transformar o indivíduo, a pessoa, em um número do mercado, um consumidor, um cliente do Estado.

Penso que não é isso que nós queremos fazer. Eu acho que nós precisamos pensar a dimensão da inclusão do ponto de vista, sim, da renda — melhorar as condições de renda, melhorar as condições de moradia, melhorar tudo —, mas interseccionada com a preservação daquilo que está previsto, inclusive, na Constituição brasileira. Existe um patrimônio imaterial que se materializa nas práticas culturais deste País. Então, eu diria que nós não temos uma política de cultura, João Jorge — e você sabe disso muito melhor do que eu —, porque, no dia



em que nós tivermos uma política de cultura, nós vamos ver que esses jovens que estão sendo mortos pela polícia poderiam estar produzindo cultura em qualquer lugar, porque são extremamente criativos. Eu digo que nós temos a fuga de cérebros — e, na verdade, nós temos a morte de cérebros — nas periferias das grandes cidades, porque são jovens absolutamente criativos, que, sem o mínimo de condições, criam o tempo todo. Agora, isso, nas classificações oficiais, na classificação dos meios de comunicação, não é passível de ser apresentado como cultura.

Mas, respondendo a uma questão objetiva, Deputado Jean Wyllys, eu sou um grande leitor de um autor que é anterior a toda essa discussão, eu diria, mais ocidental. Eu sou um leitor de Fanon.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Frantz Fanon. *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

O SR. VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Isso. Eu leio a obra do Fanon, e não só o que ele escreveu que é conhecido do público brasileiro, mas, inclusive, o que ele escreveu na Argélia, os trabalhos sobre psiquiatria.

Ele tem uma definição que, para mim, explica muito da nossa discussão aqui. Ele diz que o negro — ele não está falando só do negro — é construído numa região de não humanidade. Eu diria que uma parcela enorme da nossa população brasileira — porque envolve os negros, envolve os indígenas, envolve os gays, envolve as lésbicas — é construída numa região de não humanidade, de anormalidade. E, na medida em que eles são construídos numa região de anormalidade, parece-me que esse imaginário penetra, inclusive, no elaborador da política pública, ou seja, tais pessoas não precisam, porque elas não são humanas.

Esse é o legado da colonização; esse é o legado da escravidão; esse é o legado do machismo; esse é o legado do sexismo.

Parece-me que isso explica que, na verdade, grande parte da possibilidade de nós alterarmos o atual estado de coisas está precisamente em aqueles que são construídos nessa região de não humanidade criarem a sua própria ontologia. É a partir dessa ontologia que nós podemos lutar efetivamente por uma mudança profunda, mas sem utilizar, obviamente, os métodos fascistas dos quais nós fomos vítimas no passado recente. Pensar no futuro, pensar para o futuro é exatamente



tentar reconstruir a sociedade em outras bases filosóficas que não sejam as bases hierárquicas sobre as quais fomos construídos.

Eu acho que nós precisamos ler um pouco do Fanon e entender o que ele está discutindo, porque ele tem uma linguagem muito direta, ele tem uma linguagem muito objetiva e ele experimentou processos de perseguição, mas também trabalhou com populações que tinham problema de cognição provocado por esse estado permanente de desrespeito.

Eu penso que a criminalização em si não resolve, porque não mexe com essas questões da formação social e da formação cultural. Por exemplo, eu não abro mão da ideia de que há necessidade de coibir a filtragem racial e a letalidade da polícia imediatamente, mas eu também não consigo visualizar que um pacto republicano, Deputado, não leve em consideração o que já foi construído e como o que foi construído não dialogue entre si. Nós temos políticas no Ministério da Educação, nós temos políticas na SEPPIR, nós temos políticas em não sei onde, e ninguém conversa com ninguém.

Então, me parece que há uma tarefa a ser feita — quem sou eu para dizer para o Legislativo qual é a tarefa que tem que ser feita —, que é exatamente unificar ou matricular o que já conquistamos, porque o que eu vejo é dispêndio de recursos materiais e de recursos humanos, repetição e ausência de discussão com os movimentos sociais.

Os movimentos sociais já indicaram há muito tempo o que eles querem, mas me parece que, em alguns momentos, há uma interrupção, há um esquecimento. Mas não é um esquecimento, é a forma como Estado e sociedade funcionam no Brasil. O Estado, muitas vezes, está distante dos reclamos da sociedade. Eu vou insistir um pouco nisso.

Ora, isso também tem a ver com uma questão de que é delicado falar no Parlamento, mas eu tenho que falar. Penso que a agenda da sociedade civil é uma agenda de mais longa duração. Vou dar um exemplo. Quando essas mudanças, que são importantes, ocorreram na educação — a Lei nº 10.639, de 2003, as diretrizes, o plano de implementação, isso tudo é muito importante —, o que faltou? Faltou a discussão daquilo que é básico. Quando nós vamos discutir o currículo? Então, quer dizer, nós temos a lei e não discutimos o currículo... Eu tenho ouvido absurdos:



reprodução ou criação de disciplinas na área de História e Cultura Afro-Brasileira em que a pessoa vai lá fazer proselitismo sobre a democracia racial.

E aí eu acho que nós temos que fazer essa discussão sobre currículo, porque é isso que fundamenta, em última análise, que tipo de sociedade nós queremos para o futuro. Enquanto nós não fizermos isso, não adiantam os marcos legais.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - V.Sa. me permite um aparte, Professor?

Dos currículos e, inclusive, da formação dos professores na universidade.

O SR. VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Principalmente, Deputado. O problema está exatamente onde eu convivo.

O que eu acho é que, enquanto nós não tivermos essa percepção de que o marco legal, por si só, é importante, mas não altera — porque nós não fundamentamos a política do ponto de vista da sociedade que nós queremos para o futuro —, nós teremos um problema. Isso também vale para a política de segurança pública, eu diria.

Eu vou contar algo aqui que pode ser checado posteriormente. Nós conhecemos os oficiais negros da Polícia Militar de São Paulo, e eles nos passam informações de como são tratados. A questão é muito complicada! A questão é muito complicada! Nós já tivemos aluno policial militar, oficial, em programas de pós-graduação, que diz que existe o racismo dentro da corporação. Agora, o problema é que o regime democrático é restrito. Nós sabemos que ele é restrito em vários setores da sociedade brasileira.

Quer dizer, nós não estamos aqui... É óbvio, Jorge, que nós fomos jovens — somos ainda, mas fomos mais — e experimentamos o que é o cassetete democrático. Então, eu não tenho dúvidas de que nós precisamos fazer essa discussão.

Para não tomar muito mais tempo, eu quero dizer que acho que, com a presença de jovens por mais tempo na educação — o que eu pude observar nesse curto espaço de tempo em que as ações chegaram à universidade, que é um pouco de onde eu falo —, uma primeira surpresa foi ter descoberto, em algum momento, um estudante indígena, um guarani mbya, que estava fazendo uma pesquisa na graduação sobre uma mosca que poliniza um tipo de planta. Ninguém sabia orientá-lo.



Então, o que eu tenho visto é o seguinte: têm chegado às universidades temas que nós não sabemos, de que nós não damos conta. E há instituições que têm feito algo que eu considero absolutamente importante: trazer o saber tradicional para dentro da universidade. Nós temos um saber acumulado nas chamadas populações tradicionais que nós precisamos trazer, e esse saber passa pelo saber médico, pelo saber educacional, passa por vários tipos de saberes que nós transformamos em tecnologias — eu não sei se nós educamos muito hoje na escola ou se operamos com algumas tecnologias de formação.

E os processos de socialização estão cada vez mais complicados, pensando na universidade, a ponto de nós acreditarmos, efetivamente, que se pode passar por um curso de Direito — eu vou citar como exemplo o curso de Direito, mas poderia citar o curso de Ciências Sociais — sem Sociologia e sem Filosofia. Isso me parece um pouco estranho. Então, eu acho que a crítica ao currículo é importante e lembro que, em vários momentos na nossa história, você tem que tirar algumas disciplinas porque acham que elas são complicadas.

Eu agradeço a todos pelas questões colocadas e só queria encerrar dizendo que o racismo simbólico ocorre em todas as situações da interação no interior de uma sociedade racializada, em todas as situações cotidianas que nós possamos imaginar, porque ele atravessa as nossas relações.

Eu acho que desvendar as consequências desse racismo que eu estou chamando de simbólico é nós olharmos para dentro da nossa própria casa, dentro da nossa própria família. Isso está dentro da nossa casa, está no cotidiano, está nas hierarquias que nós estabelecemos nas relações cotidianas. Por exemplo, quando nós tratamos uma empregada doméstica como alguém inferior a nós, temos certeza de que estamos praticando isso cotidianamente; quando não pagamos os seus direitos, temos certeza de que estamos fazendo isso. E isso, para mim, não é questão político-partidária; isso é uma questão de concepção de humanidade.

Operar nesse passivo na sociedade brasileira é extremamente importante, porque ela foi construída dessa maneira: ela foi construída com parte da população na região de humanidade e outra parte na região de não humanidade. Por isso, o gestor de política pública...



Nós estamos dizendo aqui que quem constrói a política pública é quem participa de processo decisório, e nós vamos verificar que o desconhecimento da outra parte da história é muito importante para você reproduzir o mesmo. Então, vejam vocês — eu não quero arrumar uma confusão para esta Casa — que o diretor-geral de jornalismo de uma grande rede de TV escreveu um livro chamado *Não Somos Racistas* e imediatamente ele estava nas bancas de jornais. Quem se deu ao trabalho, como eu, que o fiz por ofício, de ler o que estava ali escrito percebeu que é um conjunto de absurdos. Mostra o desconhecimento da história do País, inclusive da recente. No entanto, ele é o diretor-geral e orienta as políticas de comunicação daquela rede de TV.

Então, eu acho que nós não podemos perder isso do horizonte: que uma sociedade contemporânea opera o imaginário de uma comunidade nacional utilizando as mídias de uma maneira espetacular, inclusive com a contribuição de cientistas sociais — nós temos que ser honestos.

Eu acho que é isso. (*Palmas.*)

Só tem mais uma coisinha, desculpe-me. Eu achei que tivesse deixado bastante claro que não dá para operar no Brasil sem a interseccionalidade entre raça, classe e gênero. O problema é que nós nos acostumamos a pensar que há uma hierarquia de problemas. Eu diria que há uma não sincronia desses problemas e que nós queremos encontrar um porto seguro. Não sei se existe um porto seguro. Acho que existe a necessidade de trabalharmos conjuntamente essas clivagens que no fundo discriminam e reproduzem o tempo todo as desigualdades em todas as partes.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, professor. A CPI agradece muito a presença do senhor aqui e vai contar sempre com a sua contribuição.

Quero passar a palavra para o João Jorge, Presidente do Olodum.

O SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES - Obrigado a todos vocês.

Vou ser breve e objetivo, porque provavelmente estejamos todos muito cansados.



Respondendo ao Deputado Jean Wyllys, nosso conterrâneo, baiano, quero dizer que não mudou muito o fato de ter mudado do Governo ACM para o Governo petista e para o Governo não petista. No geral, os Governos petistas na Bahia permitiram um ambiente democrático muito melhor, e, nesse ambiente democrático, não só o movimento negro, mas o movimento LGBT e o movimento de mulheres ganharam uma possibilidade muito maior do que a que tinham sob os sistemas autoritários, que não envolveu só o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, mas existiu em quase todos os Estados do Brasil.

A música baiana tem tido ciclos desde 1500. Ela tem ciclos de grandes sucessos, de grande depressão, de grande visibilidade, de grande decadência. O Olodum faz samba *reggae*, que é a matriz da *axé music*, e não está sujeito a essas crises porque é a música de um povo, é a música de uma cultura, de uma resistência, o simbolismo dessa resistência. Então, ela não precisa ser o sucesso momentâneo, mas ela se traduz num combate via cultura.

Com relação à cultura no Brasil, há neste momento a PEC da Cultura, que está aqui na Casa, precisando ser aprovada, e destina para a cultura 2% do Orçamento da União, 1,5% do Orçamento dos Estados e do Distrito Federal e 1% do Orçamento dos Municípios. Está-se tentando estabelecer também que não haja contingenciamento para esses recursos.

O Ministério da Cultura, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR e o Ministério do Esporte são Ministérios que têm o mínimo possível de recursos. Quando há um contingenciamento horizontal, esses setores praticamente desaparecem.

Eu disse aqui que estávamos falando do futuro. Eu não me importo muito se no passado foi assim, foi assado. E não quero falar de sofrimento. Quero falar daqui, deste lugar, para frente. E eu tenho que ser honesto politicamente. Eu tenho que ser honesto o tempo inteiro. Não importa que a mulher de Nero pareça honesta; ela tem que ser honesta. Então, o que estou dizendo é que os governos, depois de 1985 — 30 anos — ajudaram de alguma forma o Brasil a se democratizar mais, mas nós precisamos “democratizar a democracia”: a representatividade, o acesso aos recursos, a proteção do Estado ao cidadão.



Esta Comissão tem a ver com negros e não tem; tem a ver com a proteção de brasileiros. Como fazer para brasileiros ficarem vivos? Vejam que situação: em 2015, nós estamos discutindo numa Comissão o que fazer e quais medidas tomar para que brasileiros fiquem vivos.

O Prof. Valter disse uma coisa interessante: é preciso haver uma sinergia entre os vários Ministérios, o Estatuto da Igualdade Racial, os vários instrumentos que temos, pois isso permitiria uma ação global, para, primeiro, proteger vidas; segundo, melhorar a qualidade de vida; e, terceiro, permitir que o Brasil se veja no espelho.

É lamentável o que disse o Deputado que saiu. Ou foi uma ironia, ou foi uma brincadeira de péssimo gosto, uma espécie de chacota, dizer que os africanos escravizaram os negros e que são culpados pela tragédia brasileira. Se não foi chacota, foi total ignorância ou foi uma brincadeira diante de descendentes de afro-brasileiros e não.

Mas, do nosso ponto de vista, em 2015, há brasileiros que adotam o mesmo discurso que tem sido usado nos Estados Unidos, na África do Sul e na Alemanha para dizer que o outro pode ser vítima. Atribuir aos judeus alguma coisa lá de trás significou o genocídio de 6 milhões de pessoas e levou à criação da palavra “genocídio”, também usada corretamente por Abdias do Nascimento em seu livro *O Genocídio do Negro*.

A expressão não é antiga; ela é nova; ela só surgiu na humanidade de 1945 para cá. Por quê? Apesar de muitas guerras e de muitos conflitos, em nenhum momento da história humanidade um povo se determinou extinguir, a eliminar culturalmente, fisicamente, materialmente outro povo, da forma como foi feito com os judeus. Depois da Alemanha, isso se espalhou para a África do Sul e está no Estados Unidos hoje, onde 11 pessoas morreram assassinadas em menos de 1 ano pela Polícia Americana. Alguns dos policiais foram julgados e absolvidos.

No Brasil, nós temos dois tipos de genocídios: o genocídio da população indígena e o genocídio da população jovem, negra, parda e pobre.

Ora, evidentemente, em qualquer lugar em que dizemos isso, sempre aparece alguém dizendo o seguinte: vocês são culpados, vocês provocam a morte, vocês estimulam o tráfico, as músicas de vocês estimulam isso. Onde? “*O Olodum é*



pela vida. O Olodum é pela vida.” E em que momento essa frase da música *Manifesto pela Paz* prega a violência? “*O Olodum é pela vida. O Olodum é pela vida. Levante-se, irmão, lute, tenha consciência. Nós queremos paz*”. Essas frases estimulam violência? O bater de tambor, o *funk*, o *rap*, a música do candomblé estimula a violência? Não!

É a caçada implacável, de manhã, de tarde, de noite, dos jornais brasileiros! É a caçada diária das grandes mídias nacionais que estimula a caça àqueles que pensam diferente! É o privilégio que o brasileiro tem de poder dizer: “*Eu não sou julgado, igual aos outros*”. Nós criamos uma legislação discriminatória proativa para aqueles são poderosos, machos brancos, etc.

Eu não vim aqui hoje para falar do caso de sucesso do Olodum. Seria muito fácil. Não! Trata-se de uma organização negra, transnacional, presente em 37 países, em 6 copas, com identidade, autoestima, com festival capaz de reunir 15 mil pessoas durante 4 horas cantando e homenageando Antônio Pitanga, um dos ícones do cinema brasileiro, com o filme *O Pagador de Promessa*, alguém que 42 personalidades internacionais disseram que queriam conhecer, entre elas Mandela, Bispo Desmond Tutu, Condoleezza Rice, Spike Lee, Michael Jackson.

Eu não vim falar desse caso atípico no Brasil moderno: poderoso, múltiplo, com negros, brancos e mestiços; um exemplo que o movimento negro brasileiro conseguiu. O Brasil é conhecido mundialmente por poucas coisas: mulheres nuas, futebol, Pelé e também, agora, o Olodum. O Olodum anda o mundo inteiro com gente vestida e fala que o Brasil é racista. E quando falamos que o Brasil é racista, não estamos sendo contra o Brasil; da mesma forma que os americanos falavam que os Estados Unidos eram racistas, da mesma forma que Nelson Mandela falava que a África do Sul tinha *apartheid*. Sociedades que não estão sujeitas a críticas ficam emparedadas. O Brasil de hoje está emparedado, não está sujeito a nenhuma crítica, mesmo que nós tenhamos ajudado a construir este Governo atual, o Governo anterior, os Governos democráticos da Bahia, do Rio de Janeiro.

Acompanhamos, por exemplo, Parlamentares do Rio de Janeiro que fazem a luta dos direitos humanos. Não é algo fácil, é algo extremamente complexo. Talvez tenha sido mais fácil, na África do Sul, Nelson Mandela, o Congresso Nacional africano lutar contra o *apartheid* do que os companheiros lutarem por direitos



humanos em qualquer Estado brasileiro. Sempre há uma pecha: vem defender os bandidos; é mal amada; é mal amado; está insatisfeito. Eu sou um homem satisfeitíssimo! Nasci em Maciel Pelourinho, falei com oito Presidentes da República, andei o mundo inteiro por uma causa — a mesma causa dos companheiros e companheiras que eu vejo aqui. Já estive várias vezes na Serra da Barriga; primeiro, com D. Hilda, num jogue, subindo para a Serra da Barriga. Ajudamos a criar a Fundação Palmares; ajudamos, em São Paulo, a criar o Conselho da Comunidade Negra. Nós estivemos envolvidos nas principais legislações antirracistas deste País para criá-las — a Constituição do Estado da Bahia, em 1989, com capítulo sobre o negro, com capítulo sobre comunicação, direitos humanos para policiais militares e civis.

Fomos vítimas de cinco atentados até agora. Tivemos de ter o apoio da Anistia Internacional para que os nossos companheiros não desaparecessem, entre 1990 e 1994. Ainda assim, estamos aqui de pé. Só que nós estamos dizendo que a questão é muito mais do que uma questão acadêmica. Digo para os meus alunos na UnB, quando dou aula lá, que é muito mais expressivo pensar o direito e a justiça do que apenas dizer: *“Olha, eu estou aqui na sua aula, mas eu sou policial militar — ou civil. Eu não concordo com isso”*. Muitos alunos levantam e saem. Outros dizem assim: *“Eu trabalho no Ministério Público, não concordo com isso”*. Eu peço: *“Então, faça uma leitura. Você está na universidade, leia sobre isso”*. Harvard está discutindo isto: justiça, como fazer justiça, como acessar os recursos de uma sociedade desigual para todos. E hoje está saindo nas bancas, vocês podem ver, no jornal *New York*: racismo e lei.

Os Estados Unidos têm um Presidente negro, descendente de africano. Está diante de um grande dilema: todo dia, policiais matam — dá para ver pelas câmaras —, vão a julgamento e são absolvidos. Qual é esse sistema? O sistema da *common law*, o sistema inglês, americano, que está na Inglaterra, que está na Índia, que está na África do Sul. O nosso sistema é romano-germânico. São sistemas de direitos diferentes. Em ambos, esses casos não encontram justiça. Então, para nós é reconhecimento, e aí é o reconhecimento do protagonismo que o Movimento Negro tem neste País, nos últimos 50 anos — de Abdias, de Benedita, de Leila, de Januário Garcia, de Vovô do Ilê, dos companheiros de Alagoas, da Serra, do



Memorial Zumbi, dos companheiros de vários Estados, das pessoas não negras que ajudaram nisso, que têm ajudado nisso, de governos, de políticos, como o ex-Presidente Lula, de personalidades que nos ajudaram a entender este País. Evidentemente, esse pessoal é maioria no País hoje, não nos enganemos não. A maioria deste País não é conservadora, não é fundamentalista, não é contra o Brasil. Agora, há um silêncio. Todo mundo fica em dúvida como é.

Claro que, se eu perco um parente e alguém me fala de direitos humanos, de uma política social melhor, primeiramente eu vou ter raiva, eu vou ter ódio. Vou dizer: *“Não, eu quero mesmo que mate. Quanto é?”*. Com 200 contos, 200 reais, você pode matar alguém numa cidade grande, em Salvador. *“Tome aqui.”* Alguém vai lá e mata. Mas isso não resolve a situação social que este País tem. Já temos 600 e poucos mil presos. Teremos 1 milhão daqui a algum tempo. E a progressão vai mostrar que teremos 40 milhões de pessoas presas nos próximos 300 anos. Uma grande parte dos brasileiros estará nas cadeias. Nós estamos dizendo que, se passar a maioridade penal, 80% dos brasileiros estarão na cadeia. Então, nós estamos falando de algo que tem a ver com esta Comissão. Eu não posso aqui só falar da cultura, da estética ou do fazer cultural. Tenho que pensar no simbolismo que tem isso. Por que diariamente é preciso reforçar que mulher não presta, que negro é aquilo, que homossexual é aquilo, que pode matar o homossexual, enterrar o pênis na boca e dizer *“não, isso aí não tem problema, porque eu não vou apurar?”* É só pegar, na Bahia, em São Paulo, no Rio e em Minas, o nível de apuração dos crimes contra negros, homossexuais e mulheres.

Sou companheiro de Maria da Penha aqui no Conselho da *TV Brasil*. Faz agora 10 anos da Lei Maria da Penha. Um grande número de juízes e promotores é contra a Lei Maria da Penha, do Rio Grande do Sul ao Acre. Os processos chegam e dizem: *“Não, você tem que voltar para casa. Não dê queixa contra o seu marido não, vai destruir a sua família”*. As escolas de Direito, na sua maioria, formam profissionais que ajudam a manter esse *status quo*! É, às vezes, o delegado de polícia que não deixa o crime de racismo avançar. Transforma-o em injúria racial. Na hora da queixa: *“Ah, a Deputada Rosângela foi discriminada, foi parada no carro, o policial a agrediu, blá, blá, blá”*. Chega lá: *“Não, a senhora foi vítima de uma injúria, eu faço um BO”*. O que é o BO? O Boletim de Ocorrência. Não é o que você está



dizendo, ele traduz o que você está dizendo. Ele, um profissional do Direito, que passou por uma faculdade, que deveria falar e pensar em justiça, traduz lá: um simples caso de agressão entre o tenente oficial tal e a senhora tal, que se diz Deputada e foi autoritária, e pronto. É capaz de ela sair presa e ter processo contra ela na delegacia, porque há uma inversão disso. E é um caso bem específico de ação afirmativa na violência.

A maioria dos oficiais, nos Estados brasileiros, é de oficiais negros, pardos ou mestiços, vindos da própria população. E nós temos que pensar muito no que fazer com esse dado. Eles não estão só ali matando, matando, matando, porque, no geral, não são pessoas que saem com a arma, com um escudo de policial para matar, não. Há uma sociedade que os prepara para isso violentamente, diuturnamente, e muitos da sociedade querem que esses homens façam essa limpeza mesmo! Na Bahia, 100% dos oficiais são negros e mestiços. A Polícia Militar foi a primeira parte do Estado que fez ação afirmativa total: a maioria é negra, os quadros são negros.

Eles podem ser muito amigos meus, de Vovô, de Mãe Stella de Oxossi, de outros, mas, dentro da comunidade, a violência é brutal. Isso, provavelmente, acontece em todos os outros Estados, mas nós queremos cada vez mais polícia. Basta que haja um caso com a classe média que se invoca lá: *“Cadê o policiamento, cadê o armamento, cadê o GPS no carro, blá, blá, blá”*? E, assim, se há um crime na zona... Classe alta, no Rio, todo mundo sai de branco e vai para Copacabana. Se há uma mulher negra arrastada numa viatura, ninguém sai vestido de branco. Se há na Bahia uma chacina, ou em Alagoas, ou em qualquer lugar, essa outra morte não nos interessa, ela não provoca em nós nenhuma indignação. Os 3 milhões de judeus morreram também por isso. No começo, era só o vizinho, era aquele lá que jogava basquete, era aquela lá, e não provocava muita indignação. Com o tempo, foram vendo que todos teriam que ir para o lugar.

Nós estamos falando agora desse lugar. Eu falo do lugar do Olodum, do Pelourinho, de andar pelo mundo, de fazer coisas bacanas neste País. Falo da faculdade de Direito, onde eu fui aluno, fazendo mestrado, onde eu dei aula e dou aula ocasionalmente, acompanhamento do mestrado. Hoje saiu matéria sobre a pós-graduação no Brasil. Só 28% dos graduados são negros, quando nós deveríamos ter a mesma proporção da população que nós temos!



Então, Deputado Wyllys, Deputada Benedita, Deputada Rosângela Gomes, Deputado Paulão e todos os que estão aqui, nós estamos falando de fazer o futuro a partir de agora. Tudo bem que houve isso e aquilo, não há problema. Mas como é que a gente começa? Para mim, eu vim hoje aqui para a gente começar a fazer roda. Eu não posso entrar no mérito de que gregos já foram escravos, romanos já foram escravos, espanhóis já foram escravos, portugueses já foram escravos, e dizer que eles têm que viver na pior qualidade possível por isso! Essa experiência de pobre ser escravo e tudo é relativa.

Agora, a brutalidade contra os africanos é diferenciada! Os italianos não vieram aqui só para ir para a senzala, não! Foram trazidos por uma política de imigração nacional para embranquecer este País, com condições bem diferentes da população que estava aqui; não só os italianos, os alemães, que estão no Sul do Brasil, os poloneses, que estão no Sul do Brasil, os eslavos, que estão no Sul do Brasil... E a regra era bem simples: dinheiro para vir do antigo Banco do Brasil para enxada, martelo, determinado tipo de terra, 2 anos depois, a concessão da nacionalidade brasileira. E mais: a proibição de haver africano naquele lugar e bebida, coisa que os descendentes de africanos não têm até hoje.

Então, nós estamos falando que se complete a Lei Áurea. Havia dois artigos, vamos botar os dez artigos seguintes, que deveriam estar lá, de acesso à escola, acesso à terra, acesso ao trabalho, nacionalidade brasileira efetiva para disputar concursos no Itamaraty, para ter uma parte dos Ministérios de afrodescendentes e de população indígena.

Passei aqui no corredor agora e havia várias pessoas indígenas vestidas com poucas coisas. E alguém disse: *“Olha que escândalo! Como é que pode isso?”* Se esta é a Casa do Povo, eles deveriam estar aqui com as roupas que mais lhes convêm e não com a roupa que nós achamos que é interessante para negros ou para índios, a não ser que seja somente uma Casa de um tipo de povo.

Então, muito obrigado. Obrigado pela paz e pela paciência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, João Jorge, pela excelente contribuição, Prof. Valter Silvério, Deputados e Deputadas.

A Deputada Benedita da Silva havia pedido a palavra.



A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Na verdade, eu não queria fazer aqui... Como o João Jorge falou que veio aqui para, daqui para frente, saber o que fazer com isso que já está... Quer dizer, não ficar aqui chorando o leite derramado... Mas esta é uma Casa política, e quando tentamos fazer algo dessa forma, a tendência realmente é ficar martelando, não é? Nós não podemos proibir nenhuma intervenção. Eu acredito que fica muito mais cômodo você transferir tudo para o Governo, porque é uma forma de você deixar de assumir compromissos, porque o Governo pode errar. Mas ele vai errar muito mais se eu não assumir o compromisso de ter uma crítica construtiva. Se eu não tiver uma crítica construtiva, é evidente que ele vai errar muito mais.

Se eu tenho uma política de cotas e tenho um Congresso 70% contra essa iniciativa e não considero que isso faz parte não de uma iniciativa, pura e simplesmente, dádiva de um governo, mas de um acúmulo de processo, de um protagonismo de uma luta de um povo, é evidente que eu vou me apossar disso. Vou tornar isso de um governo ou de outro, de um partido ou de outro.

Por isso, eu queria fazer a intervenção, mas muito antes da fala dos dois. Não para dar resposta ao colega que se manifestou um pouco nessa direção, mas para que também a fala de vocês pudesse nos estimular, como um apelo de fora, para que, pelo menos nessa luta, que eu acho que é uma luta dura, árdua, e que, além de ser violenta, envolve vidas, para que nós pudéssemos — Oposição, Situação, Esquerda, Direita, Centro — contribuir com essas medidas que já temos nesta Casa e que poderão ajudar, sim, nas pesquisas. Podem ajudar, por exemplo, na transversalidade das políticas públicas, porque os pesquisadores que vêm aqui também não levam a informação, por exemplo, de que o Bolsa Família não trabalha apenas com uma transferência de renda, de que os beneficiados do Bolsa Família trabalham numa transversalidade das demais políticas. E todas elas têm, no mínimo, dois recortes: étnico e de gênero. Então, é preciso que as pessoas também saibam, para poderem colaborar e ajudar.

Dizem: *“Não tem nada para a juventude, não tem nada para o negro”*. Não é verdade. Tem pouco, mas tem. Porque têm esses recortes, trabalha-se com uma transversalidade. E, quando se trabalha com uma transversalidade, tem-se... Por



exemplo, na política do Bolsa Família, não é o homem, é a mulher que tem o cartão, porque isso faz parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Benedita, o Professor vai ter de pegar um voo. Ele quer responder...

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Ah, pois não. Não precisa responder-me. Eu só estou passando uma informação da questão das políticas públicas com transversalidade, porque foi uma luta nossa, do Movimento Negro, de gênero, da questão do negro e da questão indígena. Senão eu vou desanimar, porque, todas as vezes, vou ter de começar do zero. E já estou com 73 anos, não dá mais para começar do zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só para complementar a fala da Deputada Benedita da Silva.

Eu concordo que há avanços, que este Governo chegou a elaborar políticas públicas, fez conferências. Mas a verdade é que também temos que admitir os limites deste Governo, que não passam necessariamente pelo Parlamento. Há limites que passam pelo Parlamento, pelo conservadorismo. Mas há limites que fazem parte dos próprios arranjos políticos do Governo. O Governo não fez um governo de coalisão com partidos conservadores à toa. Então, temos que, também, levar em conta isso. Os limites em estender, em garantir políticas públicas de inclusão de pessoas na comunidade de direitos têm a ver com o fato de o Governo, para se sustentar no poder, ter feito acordos com partidos conservadores.

Só para completar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu quero falar uma coisa, Deputado Jean Wyllys. Isso é a maneira mais prática de nós transferirmos sempre. Nós estamos falando, neste momento, do que é possível fazer. A Oposição vai dizer: "*O Governo não presta, não faz nada*". Tudo bem. Mas vamos fazer alguma coisa?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada, não é isto que a gente está dizendo: que o Governo não faz nada. Já vou completar.

É preciso a crítica, mas também a autocrítica. O Governo tem que entender as limitações dos arranjos que ele fez. E V.Exa. sabe o quanto eu sou republicano, honesto intelectualmente na crítica que faço aos limites do Governo.



Só para completar, João. O que o Deputado Delegado Edson Moreira falou é convicção, não é deboche. E vou dizer: a fala dele está orientada por “pensadores” que estão em colunas de jornais e de revistas semanais, que defendem a tese que ele defende.

Vou contar rapidinho um episódio. O jornal *O Globo* me ligou para pedir um artigo, respondendo a um colunista deles. O colunista acusava a Esquerda brasileira de negligenciar o fato de que a África subsaariana era naturalmente homofóbica. Por isso, nós, como defendemos aqui a comunidade negra, fingíamos que a homofobia não era um traço cultural africano.

Então, o que ele queria dizer era que a Esquerda brasileira era hipócrita nesse sentido. Já que aqui nós defendemos o direito dos *gays*, fingimos que lá a homofobia não é um traço cultural africano. Olhe a estupidez dessa afirmação. Quer dizer, esse cara desconhece a história de que quem levou a homofobia para o continente africano foram as leis anti-sodômicas britânicas, coloniais, não é um traço cultural africano. Mas essa gente está fazendo a cabeça de Deputados que vêm falar aqui, entendeu? Então, é convicção, não é deboche.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Eu acho, Deputada Benedita, Deputado Jean, Deputado Paulão, que, de fato, depois de 12 anos, nós precisamos fazer sempre avaliações. Mas nunca, na minha opinião, houve um terreno tão fértil para pauta fascista. Uma coisa é uma oposição, uma eleição polarizada. E é bom para o Brasil que a eleição seja polarizada, democracias contemporâneas. Mas o que o povo espera, e o João Jorge foi muito feliz... O povo brasileiro não é conservador. Por isso, erra a Oposição quando, ao não buscar nenhuma alternativa, porque não tem no País... Porque são ligados às elites, são contra os avanços que nós conseguimos, fazem a proposta de pauta fascista e golpista. Mas eu quero...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, uma oposição mais tradicional. O PSOL foi o nosso maior aliado no segundo turno, nas eleições, para a manutenção de direitos.



Agora, o que eu quero aqui... Paulão, na verdade, há um movimento...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não é oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Parte da Oposição, Jean Wyllys. Eu acho que é revanchista a Constituição de 1988. Isso é mais grave. A Constituição de 1988 começa a ser consolidada a partir do Governo Lula, com políticas sociais. Nós tínhamos 2 milhões de universitários, hoje nós temos 8 milhões. Temos um Bolsa Família que mudou muito a realidade dos mais pobres. Na verdade, eu acho que existe um movimento revanchista na consolidação dos direitos no Brasil. E, nesta Legislatura, isso muda, é conjuntural.

Por isso eu sempre falo que o bom do Parlamento é que o processo legislativo é lento. Se fosse rápido, nós estávamos no século XIX. Então, deixemos ser um pouco mais lento.

É isso.

Eu quero passar a palavra ao Prof. Valter Roberto Silvério e depois ao João Jorge para as considerações finais, porque nós estamos encerrando.

O SR. VALTER ROBERTO SILVÉRIO - Deputada, eu acho que a gente tem que reconhecer que houve mudanças. E eu quero dizer três coisas para a senhora. Há estudos nas universidades, inclusive da gestão da senhora, da primeira gestão e da Comissão que a senhora coordenou, feitos por estudantes que eu orientei. Então, a gente sabe de muita coisa do que acontece no Parlamento. Sabemos das limitações, inclusive, de propostas no Parlamento.

Agora, o que eu estou dizendo aqui... E reconheço avanços. Eu coordeno um projeto chamado Brasil-África. Nós traduzimos os oitos volumes da *História Geral da África*. Acabamos de publicar a síntese e três livros para professores. Isso só seria possível numa conjuntura como esta. Em outra conjuntura, isso jamais ocorreria. Não se trata de não reconhecer isso. Trata-se de perceber que muitas linhas saíram, mas não têm amarração. Eu acho que esse é um problema que nós vamos ter que discutir mais profundamente. Quando a gente coloca muitas linhas sem amarração, parece que não têm nó.

Sistemas de acompanhamento, por exemplo. Nós temos sistemas de acompanhamento, mas eles não conversam entre si. Então, parece-me que isso dificulta, inclusive, a pesquisa. Para fazer levantamentos de base de dados, nós



encontramos hoje informações totalmente diferenciadas dentro do próprio Governo. Por que isso acontece? Parece-me que não se está aqui acusando de que não se fez. Está se colocando a necessidade de que, para avançar, para pensar no futuro, nós temos que reconhecer o que foi feito, como foi feito, para darmos os passos seguintes no sentido de futuro. É o futuro que nos espera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Professor.
(*Palmas.*)

Quero agradecer a presença dos Srs. Parlamentares, dos convidados, das assessorias, dos demais presentes, dos gestores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, convoco nova reunião para a próxima quinta-feira, às 9h30min, em plenário a ser definido.

Uma boa noite a todos.